



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Gabriela Santos Pedroso

**(RE)Florestando sentidos: a produção de alimentos e o associativismo civil na
Rede Semear - Florianópolis - SC**

Florianópolis

2020

Gabriela Santos Pedroso

**(RE)Florestando sentidos: a produção de alimentos e o associativismo civil na
Rede Semear - Florianópolis - SC**

Dissertação apresentada à banca de avaliação como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Saúde Coletiva.

Orientador: Douglas F. Kovaeski

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pedroso, Gabriela

(RE) Florestando sentidos: a produção de alimentos e o associativismo civil na Rede Semear - Florianópolis - SC / Gabriela Pedroso ; orientadora, Douglas Francisco Kovaléski, 2020.

92 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. Associativismo civil. 3. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). 4. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). 5. Sistema agroalimentar (SA). I. Kovaléski, Douglas Francisco. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III. Título.

Gabriela Santos Pedroso

**(RE)Florestando sentidos: a produção de alimentos e o associativismo civil na
Rede Semear - Florianópolis - SC**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Suzi Barletto Cavalli, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Mauro Serapioni, Dr.
Universidade de Barcelona

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Douglas Francisco Kovaleski
Orientador

Florianópolis, 2020.

Esta dissertação é dedicada àqueles cujas mãos sujas de terra cultivam os sentidos e os sabores de um mundo mais justo e solidário.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho caracterizou-se pela construção de sentidos presentes nos mais inusitados territórios, convergiram no arquitetar de ideias. Ninguém vai sozinho ou segue só, e por isso agradeço a todos que por aqui passaram e àqueles que por ventura ainda passarão, pois aqui não se esgota o pensar do alimento em seu processo produtivo e existencial.

Aos trabalhadores da terra que ressignificam o alimentar-se no acesso, na coletividade e em seu entendimento político, minha gratidão. Obrigada por resgatar os sentidos do “fazer com”, da nossa memória e da resiliência, elementos que o mundo contemporâneo, em seu anseio por modernidade, esqueceu.

Agradeço aos Movimentos Sociais e ao Movimento Estudantil que me possibilitaram o abrir de olhos para as contradições que nos cercam e que também me ensinaram que por melhores que sejam nossas conversas, a luta é aqui embaixo. Gratidão por aprender com vocês que viver em sociedade é estar em um eterno reconhecer e reconstruir, em que a luta pela justiça social sempre será nossa maior bandeira.

Ao Douglas, orientador dos caminhos acadêmicos e partícipe da construção dos sentidos do viver, obrigada. Contigo sigo aprendendo que o processo de ensino-aprendizagem emancipador reside na humildade em olhar e conviver com o outro, na construção coletiva de saberes.

Ao Hélio, companheiro de caminhada, eterna gratidão. Contigo compartilho todos os dias as graças e os desafios do fazer coletivo. Obrigada por todo amor, incentivo e empatia, que me inspiram a seguir lutando cotidianamente - “Alça punho!”.

Aos amigos e familiares, muito obrigada. Sem o carinho e compreensão de vocês tudo seria mais difícil. Agradeço pelas conversas e experiências, que continuamente me auxiliam a refletir e a resistir.

Aos estudantes, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC, minha gratidão. Sigamos lutando pela ciência e pelo ensino público de qualidade, pois apenas a instrumentação do nosso povo será capaz de enfrentar as arbitrariedades dos últimos tempos. Resistamos!

*“Caminho e planto sementes
Nos campos, nas pedras, nas mentes
O tempo passa e nem sempre floresce,
Mas eu sigo em frente.
Depois as encontro crescidas,
Amor e gente tão bonita
Indicam-me novas saídas,
Acolhem as minhas feridas.
Que eu nunca perca o passo,
Que eu plante por todo espaço
Poemas, canções e laços,
É axé que vence o cansaço.*

*Caminho e planto sementes
Nos tempos, nas pedras, nas mentes
O tempo passa e nem sempre floresce,
Mas eu sigo em frente.
Depois as encontro crescidas,
Livros, árvores coloridas
Família, gente tão querida
Ensinam-me novas saídas.
Que eu nunca perca o passo,
Que eu plante por todo espaço
Poemas, canções e laços,
A vida vence o cansaço.”*

**Sementes - Adriana Ribeiro
Rede Semear, 2018**

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a compreensão do alimento entre os produtores urbanos de alimentos participantes da Rede Semear, sob a perspectiva da Saúde Coletiva. Por meio da abordagem qualitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e observação participante. Para a pesquisa documental foram verificados os documentos e trabalhos já realizados sobre a Rede Semear, acessados em plataformas digitais e, assim como, um banco de dados de geomapeamento de células produtoras e consumidoras de alimentos em Florianópolis. Este banco de dados vem sendo construído por meio de uma parceria comunitária que envolve a Rede Semear e outros colaboradores. A observação participante aconteceu pela composição do espaço da Rede Semear, onde a coleta de dados foi realizada pelo acompanhamento das reuniões e espaços de participação durante o período de abril de 2018 a junho de 2019. A exploração dos dados trouxe a complexidade da conotação do alimento junto aos participantes da rede, sendo apresentada no presente estudo a análise da compreensão do alimento em três categorias: Alimento Biológico, Alimento Coletivo e Alimento Social. A categoria Alimento Biológico permitiu observar que a composição física dos alimentos guarda relação direta com o estado nutricional, sendo a acessibilidade aos produtos determinante na consecução da Segurança Alimentar e Nutricional. Na categoria de Alimento Coletivo, evidenciou-se que a produção compartilhada de alimentos estimula a coletividade e a cidadania, favorecendo processos de empoderamento psicológico e comunitário, alinhados com a promoção da saúde. Na categoria de Alimento Social foi possível observar o entendimento dos participantes acerca da função social do alimento, bem como a utilização da agricultura urbana como estratégia de ressignificação das lógicas de produção e consumo do sistema agroalimentar vigente. A problematização feita neste trabalho evidencia a necessidade de promoção de estratégias de enfrentamento à lógica neoliberal presentes nos processos de acessibilidade ao alimento, sendo fundamental o desenvolvimento de alternativas vinculadas à efetivação de sistemas alimentares sensíveis à nutrição vinculadas aos pressupostos de sociabilidade, justiça social e bem-estar humano em detrimento do lucro.

Palavras-chave: Associativismo civil; Segurança alimentar e nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; sistema agroalimentar

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the understanding of food among the urban food producers participating in Rede Semear, from the perspective of Collective Health. Through the qualitative approach, data collection was performed through documentary research and participant observation. For documentary research, the documents and works already carried out about Rede Semear, accessed on digital platforms and a geomapping database of food-producing and consuming cells in Florianópolis were verified. This database has been built through a community partnership involving Rede Semear and other collaborators. The participant observation occurred through the composition of the Semear Network space, where data collection was performed by monitoring meetings and participation spaces from April 2018 to June 2019. The exploration of data brought the complexity of the connotation of food. along with the participants of the network, the present study presents the analysis of food comprehension in three categories: Organic Food, Collective Food, and Social Food. The Organic Food category allowed us to observe that the physical composition of foods is directly related to the nutritional status, being the accessibility to the determinant of the product in the achievement of Food and Nutrition Security. In the category of Collective Food, it was evidenced that the shared production of food stimulates collectivity and citizenship, favoring processes of psychological and community empowerment, aligned with health promotion. In the category of Social Food, it was possible to observe the participants' understanding of the social function of food, as well as the use of urban agriculture as a strategy for reframing the production and consumption logics of the current agrifood system. The problematization made in this paper highlights the need to promote strategies to confront the neoliberal logic present in the processes of accessibility to food, being fundamental to the development of alternatives linked to the implementation of nutrition-sensitive food systems linked to the assumptions of sociability, social justice and human welfare over profit.

Keywords: Civil Associativism; Food and nutrition security; Human Right to Adequate Food; agrifood system

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Nível de insegurança alimentar mundial e regiões conforme a Escala de Experiência da Insegurança alimentar (FIES) para o período de 2014 a 2017. 23
- Figura 2: Análise das Taxas de Obesidade na população adulta nos países da América do Sul para o período de 2014 a 2017..... 25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU – Agricultura Urbana

CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CS – Centro de Saúde

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EMAU – Encontro Municipal de Agricultura Urbana

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

ICOM – Instituto Comunitário da Grande Florianópolis

IVG – Instituto Padre Vilson Groh

iSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	INTRODUÇÃO	13
3	REVISÃO DE LITERATURA	18
3.1	ALIMENTAÇÃO HUMANA: Processo de existência, dignificação e direito	18
3.2	SISTEMA AGROALIMENTAR: Ordenamento transnacional das relação de produção, mercado e poder	26
3.3	ASSOCIATIVISMO CIVIL: Sociedade, associativismo e democracia	34
3.4	PROMOÇÃO DA SAÚDE E ASSOCIATIVISMO CIVIL: Saúde no contexto da estrutura e luta social	42
4	PERCURSO METODOLÓGICO	49
4.1	COLETA DE DADOS.....	49
4.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	50
5	RESULTADOS.....	53
5.1	OS SENTIDOS DO ALIMENTAR-SE – Estudo sobre a conotação do alimento produzido pela agricultura no interior da cidade.....	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS.....	85

1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo relaciona-se à necessidade de compreender de maneira mais aprofundada a interação humana com a alimentação no mundo contemporâneo. A realização desta pesquisa contribuiu para o melhor entendimento do estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nas sociedades globalizadas, uma vez que possibilitou trabalhar as percepções da significação do alimento junto aos produtores urbanos de alimentos, os quais caracterizam por produzir alimentos em uma perspectiva alternativa ao sistema agroalimentar tradicional.

A análise ampliada das cadeias de produção e consumo de alimentos é do interesse da Saúde Coletiva devido a vincular-se, necessariamente, aos processos existentes na acessibilidade aos alimentos, os quais implicam em condições de fome e desigualdade social crescentes nas sociedades. O capitalismo, em seu atual nível de desenvolvimento, tem causado danos irreparáveis à dignidade humana, acarretando na violação dos direitos humanos e no alargamento das mazelas sociais.

É preciso questionar e analisar os direcionamentos do mundo contemporâneo, a fim de contribuir para a promoção de alternativas que visem ao bem-estar coletivo alinhado à justiça social. Por isso, desde logo, é importante localizar meu posicionamento: sou mulher, sanitarista e formada em nutrição, em que desde o início dos caminhos da aprendizagem nas ciências da saúde questiono-me sobre a capacidade real da influência prescritiva nas coletividades, diante da regulamentação proposta pelo sistema agroalimentar.

2 INTRODUÇÃO

A forma de buscar e consumir alimentos advém da capacidade de sobrevivência da espécie humana e é desenvolvida enquanto processo produtivo no decorrer da formação das sociedades. A atividade de produção de insumos alimentares entendida como processo de significação laboral ultrapassa a lógica do consumo individual ou comunitário e ganha forma com a constituição do Estado, a partir do qual desenvolve relações políticas e econômicas vinculadas ao mercado. O ordenamento das lógicas agroalimentares perpassa a estruturação socioeconômica das sociedades, molda e é moldado pela dinâmica de acumulação de riquezas específica de cada momento histórico, permitindo a compreensão de que o sistema de produção e consumo de alimentos e a história do capital são mutuamente condicionantes (MCMICHAEL, 2016; WILKINSON, 2002).

A compreensão geopolítica do ordenamento do capital permite associar as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação estruturadas por meio do comércio agroalimentar. Globalmente, são organizadas estruturas regulamentadas de produção e consumo de alimentos que refletem a luta e negociação social e institucional do abastecimento alimentar e o do exercício do poder implicado nestes processos. Segundo McMichael (2016), o regime alimentar termina por concretizar as relações históricas entre construção do Estado, colonização de terras/fronteiras, rotas de alimentos, agroindustrialização, padrões alimentares, estratégia corporativa transnacional e movimentos de protesto alimentares e agrários. Em suma, a complexidade do processamento e tecnologia dos sistemas de produção e o desenvolvimento das rotas alimentares em cada período histórico são responsáveis por sustentar o exercício de determinadas formas de poder ao propagar e amparar determinadas formas de mercado e domínio ideológico (MCMICHAEL, 2016; WILKINSON, 2002; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016).

As modificações no padrão produtivo interferem diretamente na forma de plantar, estocar e distribuir os alimentos, priorizando determinadas culturas em detrimento de outras e favorecendo a produção em maior escala. Historicamente o desenvolvimento produtivo em países subdesenvolvidos remete a um modelo agrícola industrial baseado no latifúndio e na produção de alimentos focada em monoculturas, em processos automatizados e com a utilização de agroquímicos, fundamentando um compromisso eficiente com a lógica de mercado global, vinculado a um sistema de exportação de matérias-primas e importação de produtos

industrializados (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016; WILKINSON, 2002).

A produção de alimentos dentro do padrão moderno de agricultura e mercado remete à exclusão social, observada junto aos pequenos produtores que têm continuamente sua produção submetida ao mercado desigual, orientado pelas práticas neoliberais¹, ditado pela flutuação do agronegócio, com incentivo governamental vinculado à prática extensiva e com uso de componentes químicos, pela dependência da comercialização de sementes modificadas e alta tecnologia e pelo sucateamento dos mercados locais. Assim como, a exclusão social relaciona-se também ao poder de compra dos consumidores, direcionando o acesso da população aos alimentos e inferindo, desta forma, o padrão nutricional ao qual se terá direito (ANDERSON, 1995; CAPORAL, 2009; FUHRMANN, 2004; RIBEIRO et al, 2012; SANTOS, 2013).

Neste contexto, o processo de reaproximação da produção e do consumo possibilita a ressignificação do alimento, mediante o estabelecimento de cadeias alimentares localizadas e pautadas em novas concepções que permitam a valorização das práticas de produção, o envolvimento do consumidor com as características do lugar e local produzido, os valores e pessoas envolvidas e os métodos empregados. Desta forma, a caracterização dos processos produtivos em cadeias curtas proporciona o pertencimento do processo de cultivo de alimentos daqueles que produzem, dos que consomem e também dos produtores-consumidores, operacionalizando um sistema diferenciado de valoração do alimento, o que permite sua contraposição à conotação objetificada do mercado. São exemplos de iniciativas de cadeias curtas: as feiras de produtores, cooperativas de agricultores, redes associativas de produção de alimentos e hortas comunitárias (TRICHES e SCHNEIDER, 2015).

Este estudo propõe a análise de uma cadeia curta de produção de alimentos na forma de rede associativa, que se caracterizam, de modo geral, pelo agrupamento comunitário de pessoas sobre uma proposta de produção diferenciada de alimentos. O trabalho em redes gera um sentimento de compartilhamento e pertencimento, possibilitando o estabelecimento de uma identidade cultural comunal, a qual possui inflexões sobre a forma de ver e se relacionar com o cotidiano. Aliado a isso a reflexão sobre formas alternativas de produzir alimentos possibilita

¹ “(...) o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e normal geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT E LAVAL, 2016).

construir vínculos diferenciados com o acesso e consumo de alimentos de qualidade e de forma permanente, assim como possibilita a formação de uma nova relação com a terra e o alimento (CASTELLS E CARDOSO, 2005; CARVALHO, 2013).

A produção coletiva e comunitária de alimentos propicia ainda o fortalecimento das relações sociais, realização de diálogos a respeito da conjuntura local e o papel da organização social diante dos aspectos observados, favorecendo a participação popular e o estímulo ao acesso contínuo à informação e aprendizagem em torno de questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente. Incentiva e promove de maneira colaborativa a organização comunitária e o engajamento social, entendendo que a participação popular apenas assume papel relevante nos processos em que o cidadão é considerado como centro no trabalho das comunidades, em que suas experiências e qualidades são estimadas e que se valorize sua capacidade em contribuir para o bem comum. Neste sentido, a implementação dessas práticas encontra-se vinculada à importância em se atuar nos determinantes e causas do processo saúde/doecimento, na consecução da participação social como instrumento de empoderamento e conquista de direitos, e na necessidade de realizar abordagens com vistas aos impactos e perspectivas relacionadas ao bem-estar coletivo. Garantir condições dignas de vida e possibilitar que indivíduos e coletivos tenham maior controle sobre os fatores que incidem e determinam sua saúde, são alguns dos objetivos centrais da Promoção da Saúde (FERNANDES, SOUZA E MARTINS JUNIOR, 2013; AZEVEDO E PELICIONI, 2016; CARVALHO E GASTALDO, 2008; SÍCOLI E NASCIMENTO, 2003; WHO, 1986).

Como perspectiva de resistência ao contexto da produção agroalimentar vigente, a agricultura urbana (AU) vem ganhando destaque na agenda política de debates no âmbito das políticas públicas e sociais já existentes. O desenvolvimento da agricultura nas cidades apresenta um caráter multifuncional e de grande importância para o estabelecimento de sistemas alimentares sustentáveis, uma vez que pode ser compreendida como:

“ (...) toda a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas, da pesca e pecuários voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais, praticados nos espaços intraurbanos ou periurbanos e não urbanos, estando vinculados às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Deve pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos, promovendo a gestão social e ambiental das cidades, contribuindo para melhoria de vida da população e para sustentabilidade das cidades.” (SANTANDREU e LOVO, 2007, p.11).

Dessa forma, no espaço da cidade, a produção de alimentos é ressignificada enquanto prática comunitária, observando que espaços corriqueiros do desenvolvimento da AU permitem a melhoria de níveis de saúde, planejamento do território e gestão das cidades, incremento na organização comunitária e melhoria dos relacionamentos interpessoais. Neste sentido o estabelecimento de redes associativas que conectem as iniciativas de AU e potencializem o estabelecimento de cadeias curtas de produção parece contribuir com a ampliação do acesso a alimentos de qualidade e de forma permanente, assim como configurar-se como iniciativa de promoção da saúde (FERNANDES, SOUZA E MARTINS JÚNIOR, 2013; RIBEIRO et al, 2012).

A cidade de Florianópolis caracteriza-se pelo desenvolvimento da AU em diferentes contextos, possuindo iniciativas relacionadas a agrupamentos comunitários, espaços institucionais (escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, projetos municipais, Centros de Saúde), grupos privados e propostas individuais. Possui como referência a Rede Semear que se constitui como uma rede associativa que objetiva “(...) ampliar, fortalecer e consolidar as diversas formas de se fazer agricultura no interior das cidades, construindo um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático que garanta o direito à terra e à alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes.” (REDE SEMEAR, 2016a, p. 2). Esta proposta organizativa foi construída em 2016 e compreende-se como principal espaço de organização associativa da agricultura urbana no município, possuindo potencial de articulação e influência nas políticas municipais relacionadas à área (REDE SEMEAR, 2016a).

A Rede Semear é uma rede heterogênea, na qual sua composição é marcada por agricultores urbanos, representações públicas municipais e estaduais relacionadas às áreas de saúde, meio ambiente e infraestrutura, ativistas da agricultura urbana, agroecológica e orgânica, organizações não governamentais, associações de moradores, professores, artistas, estudantes, movimentos sociais organizados de diferentes áreas e simpatizantes do tema. Por ser uma rede bastante nova apresenta considerável fluidez em seu formato organizativo, propondo encontros mensais para estudo e contextualização do desenvolvimento da AU no município, conhecimento das propostas existentes e organização de ações conjuntas em pautas do interesse coletivo (REDE SEMEAR, 2016b; SAGAE et al, 2017).

Não possui sede e trabalha com a dinâmica de reuniões itinerantes que ocorrem nas iniciativas de AU existentes na cidade, o que possibilita a reflexão e articulação com a população local acerca da “(...) luta pela terra na cidade como meio de produção e reprodução da vida.” (REDE SEMEAR, 2018, pág. 1), que compõe o entendimento da AU como “(...)

prática de conservação ambiental e enriquecimento da agrobiodiversidade urbana, como um lugar de agroecossistemas produtivos, e de defesa dos bens comuns e do bem viver (...)” (REDE SEMEAR, 2018, p. 1-2). Em consonância, trabalha também com questões relacionadas à necessidade do fazer coletivo para promoção e garantia das iniciativas populares de produção urbana de alimentos, compreendendo que o espaço da cidade é composto pelos modos de vida e práticas sociais de seus cidadãos, os quais devem ser partícipes necessários de seu planejamento e gestão (REDE SEMEAR, 2016b; REDE SEMEAR, 2018; SAGAE et al, 2017).

Anualmente, a Rede Semear organiza o Encontro Municipal de Agricultura Urbana (EMAU) para trabalhar as principais linhas discutidas durante ano e/ou temas de relevância para o desenvolvimento das atividades da Rede. O evento é planejado e organizado pelos próprios membros e possui incentivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis e outros órgãos do poder público, além do apoio de iniciativas civis e coletivos populares. Esta atividade possui forte expressão na organização da Rede, configurando-se como espaço político e de aprofundamento teórico, responsável pela divulgação e fortalecimento das iniciativas e existentes e das atividades da Rede, articulação de demandas e propostas do coletivo, e exposição pública do entendimento da Rede Semear sobre o desenvolvimento da AU no município de Florianópolis (REDE SEMEAR, 2016b; REDE SEMEAR, 2018).

Diante deste contexto, este estudo aborda a relação da produção urbana associativa, coletiva e solidária² de alimentos com a promoção de saúde de seus envolvidos. Investiga o potencial dessas iniciativas no desenvolvimento das cadeias curtas de produção e consumo e no fortalecimento individual e comunitário na perspectiva da promoção da saúde. Diversos questionamentos derivam desta relação: quais os principais repertórios de ação coletiva da Rede Semear? O que caracteriza sua ação enquanto coletivo? Sua composição, vínculo de atuação? O tema da saúde é pautado pelas associações que compõem a Rede? Seria a saúde um subproduto ou objetivo central dessas associações? Qual a compreensão de saúde que os atores que compõem a Rede expressam?

² Produção de alimentos no ambiente urbano, desenvolvida por coletivos hortícolas de forma compartilhada, em que as decisões e atividades são gerenciadas pelo grupo de forma democrática e participativa. (SAGAE et al, 2017; SANTANDREU e LOVO, 2007; REDE SEMEAR, 2016b)

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 ALIMENTAÇÃO HUMANA: Processo de existência, dignificação e direito

“Metade da humanidade não come e a outra não dorme com medo da que não come...”

Josué de Castro, 1966

A alimentação humana é, essencialmente, alicerçada na capacidade de sobrevivência, na qual sua condição de existência é garantida por meio da assimilação física de nutrientes, orientada por mecanismos bioquímicos subjacentes à nutrição e às competências do sistema digestivo. No entanto, a propriedade da escolha do alimento refere-se a um espaço de liberdade explorado pelos condicionantes culturais e que constitui parte importante para a socialização dos corpos e para a construção das organizações sociais. Esta zona de escolha que integra o processo da vida humana compreende-se como “Espaço Social Alimentar”, que constituída por condicionantes biológicos, relacionados ao estatuto onívoro do homem, e ecológicos do biótipo no qual está instalado (determinantes econômicos, de acesso, tipificação, valor cultural, significação), terminam por configurar-se enquanto objeto sociológico *total*³, responsável por “(...) colocar em movimento (...) a totalidade da sociedade e de suas instituições” (MAUSS, 1980; POULAIN E PROENÇA, 2003).

O desenvolvimento das sociedades é orientado por questionamentos e codificações relacionados à articulação indivíduo-Estado, as quais perpassam a construção dos entendimentos sociais relativos aos direitos naturais, inalienáveis e comuns a todos os homens, tais como a vida, propriedade, honra, dignidade, família e a supremacia das leis em relação aos seus governantes. O caminhar histórico caracterizou-se por retrocessos e avanços no campo dos direitos humanos, permitindo sua consagração normativa dentro do Estado apenas em 1789, por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão assinada na França. O entendimento de que os direitos humanos relacionavam-se a uma condição transnacional, ocorreu apenas em 10 de dezembro de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da qual foram firmados pactos internacionais para operacionalização dos entendimentos trazidos na carta (FERRAZ, 2017; ONU, 1948).

³ “todos fenômenos que são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e mesmo estéticos, morfológicos etc. (...), são, portanto, mais do que temas, mais do que elementos de instituições, mais do que instituições complexas, mais até do que sistemas de instituições divididas por exemplo em religião, direito, economia etc. São ‘todos’, sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever” (MAUSS, 1980)

A alimentação é compreendida como direito humano inerente à vida, relacionado à condição de saúde e bem-estar individual e familiar, conforme expresso no artigo 25 da Declaração de 1948 da ONU. No entanto, a complexidade do entendimento do direito humano à alimentação fica evidente no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (ONU, 1966), adotado pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, o qual em seu artigo 11 vincula o direito a um nível de vida adequado, conforme observado abaixo:

Artigo 11:

§1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um **nível de vida adequado** para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

§2. Os Estados-partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar **protegida contra a fome**, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários para:

1. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais. 2. Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios.

(ONU, 1966, p.5-6 - grifos meus)

Neste artigo, podem ser destacadas duas previsões do Estado, o direito a uma alimentação adequada, que engloba maior amplitude à temática, conferindo o acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas como forma de garantir um nível de vida sadio; e o direito da pessoa em estar protegida contra a fome, referindo-se a um conteúdo mínimo de subsistência, quantidade suficiente para manter-se livre da fome (ONU, 1966). Conferir a proteção contra fome “é um primeiro passo para a realização da norma primária, que seria o direito a uma alimentação adequada” (FERRAZ, 2017, p.47), ou seja, para além do suprimento nutricional, deve ser obrigação do Estado garantir uma alimentação que seja suficiente para desenvolver-se plenamente e conservar as faculdades físicas e mentais (FERRAZ, 2017; ONU, 1966).

A legislação brasileira, no artigo 2º da Lei nº11.346/2006, entende a alimentação adequada como “direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal”, sendo responsabilidade do poder público prover e garantir a SAN de sua população (ABRANDH, 2013, BRASIL, 2006). Em fevereiro de 2010, por meio da Emenda Constitucional nº64, o governo brasileiro alterou o artigo 6º da carta magna passando a compreender que “(...) são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados ” (BRASIL, 2010).

A conceituação de SAN foi definida na Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda, Pernambuco, em 2004 e incorporada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (BRASIL, 2006), em seu artigo 3º como sendo a:

“(...) realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” (BRASIL, 2006)

Nessa perspectiva, observa-se que a consecução de SAN não pode ser reduzida ao simples fornecimento de alimentos pelo Estado, deve ser considerado o processo em sua totalidade, entendendo sua relação enquanto direito e não em uma conotação mercadológica. Compreende assumir o alimento enquanto função estruturante da organização da sociedade e da dignificação humana, não atendendo à lógica dos dinamismos de mercado e do lucro, as quais são “(...) capaz(es) de gerar o paradoxo de fazer que alimentos, transformados em *commodities*, gerem fome e insegurança” (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016).

Esta proposta avança num sentido mais democrático ao assumir que a forma de produção deve incluir necessariamente o povo como centralidade no processo produtivo, conforme afirmado na Declaração de Nyéléni (2007), construída pelo Fórum Mundial pela Soberania Alimentar (Mali, 2007), a “Soberania Alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo” (MALI, 2007, p.1). Devendo-se, portanto, priorizar não apenas a produção e consumo locais, mas também garantir

“(…) aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentarias, por cima das exigências dos mercados e das empresas” (MALI, 2007, p.1).

A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos, no entanto, é notório que mesmo que a produção agrícola familiar contribua de maneira significativa para a oferta interna de alimentos no Brasil, sendo a grande responsável pela garantia da SAN dos brasileiros, quem orienta as regras da produção nacional e destino dos alimentos é o mercado internacional (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016). Segundo as reflexões da ABRANDH (2013), tal condição determina que não exista soberania alimentar no Brasil, ressaltando que o “(…) oligopólio da cadeia de produção, a transformação e a distribuição de alimentos determina não apenas o que pode ser produzido, mas, em última instância, o que será consumido.” (ABRANDH, 2013, P. 21).

Nestas perspectivas, a temática da alimentação constitui-se enquanto um desafio mundial, especialmente relacionado à dualidade existente na consecução enquanto direito humano e o potencial mercadológico das cadeias de produção e consumo de alimentos. Observa-se que globalmente o número de pessoas que passam fome subiu de 815 milhões de indivíduos, em 2016, para mais de 821 milhões em 2018, registrando-se que aproximadamente 1 em cada 9 pessoas estavam desnutridas⁴ no ano de 2018. A América Latina e o Caribe acompanharam a tendência mundial, em 2018 a região apresentou 42,5 milhões de pessoas vivendo subalimentadas, valor que representa um crescimento de 800 mil em relação ao ano anterior (FAO et al, 2019; FAO e OPAS, 2016B).

No entanto, o Brasil registra um cenário diferenciado das estimativas macrorregionais, observando que entre os anos de 2004 a 2006 o percentual de pessoas subalimentadas era de 4,5%, o qual reduziu para 2,5% entre os anos de 2015-2018. Tal condição não exclui o país do cenário mundial de dificuldades na relação disponibilidade X acesso X consumo de alimentos, mas aponta índices que podem estar alicerçados no resultado de políticas públicas sociais e no aumento da qualidade de vida dos brasileiros, embora imbricados em fatores relacionados ao fenômeno mundial da transição nutricional⁵ (FAO et al, 2019). As informações disponíveis nas bases governamentais e em estudos científicos não possibilitaram o aprofundamento do

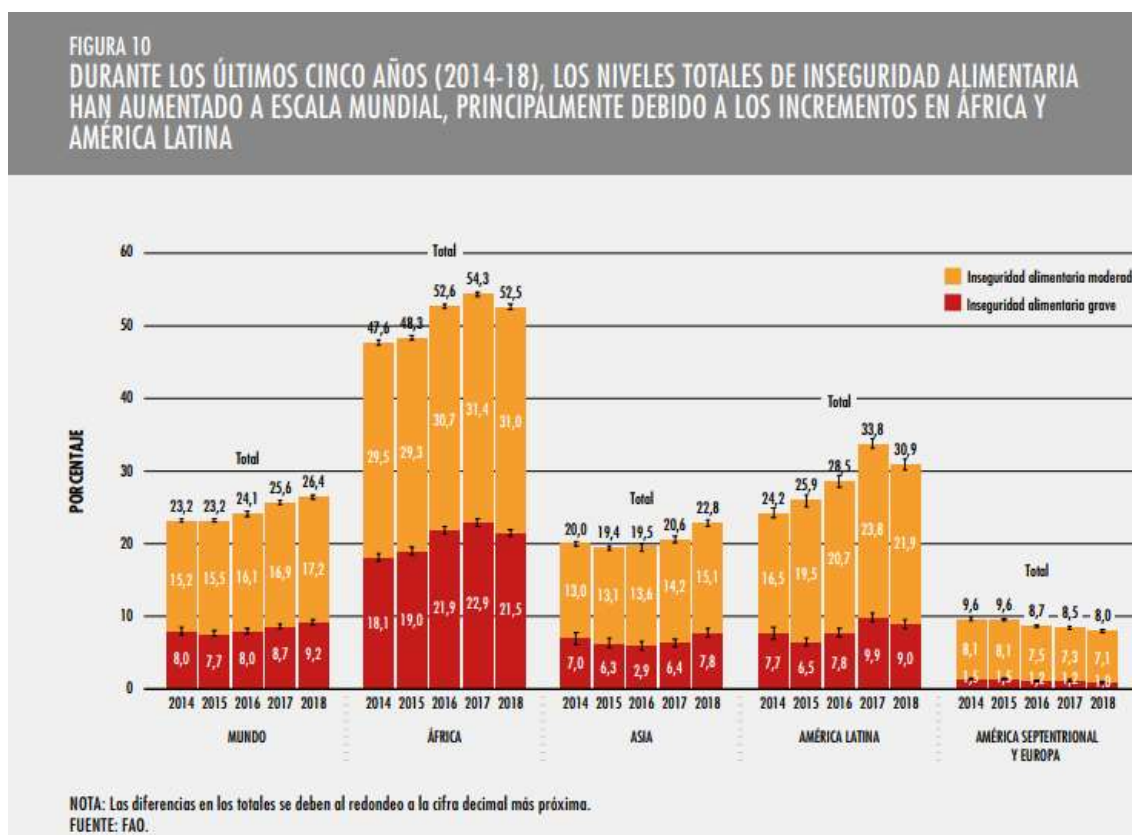
⁴ Condição em que o consumo habitual de alimentos é insuficiente para proporcionar quantidade de energia necessária para levar uma vida normal, ativa e saudável (FAO et al, 2018).

⁵ Mudanças nos padrões alimentares da população em consequência de modificações na sua dieta. Estas alterações são resultado de mudanças sociais, econômicas e influência da mídia, expondo a obesidade como um fenômeno de incidência em ascensão em diferentes países e contextos sociais (MONTEIRO, 1995).

quantitativo de pessoas em situação de desnutrição em Florianópolis, no entanto Corso et al (2003), em estudo realizado com crianças menores de 6 anos de idade residentes na mesma localidade, verificou que 1,9% da amostra avaliada apresentava desnutrição, o que corrobora o panorama brasileiro.

A avaliação da Escala de Experiência da Insegurança Alimentar (iSAN) (FIES - FAO, 2015A), responsável por quantificar na população de forma gradual (leve, moderada e grave) a existência e frequência de situações de medo da fome, dificuldade de acesso ou falta de alimentos, traz à luz a realidade de que no ano de 2018 9,2% da população mundial (704,3 milhões de pessoas) vivenciou situações de fome em razão da escassez de alimentos (Insegurança Alimentar Grave) (FAO et al, 2019). Estes dados evidenciam a inversão da tendência de redução dos níveis de iSAN historicamente estabelecida até ano de 2015 (Figura 1), ressaltando que este fenômeno ocorre em nível mundial e em diferentes proporções entre os locais analisados. A América Latina encontra-se em consonância com este movimento, destacando-se que a América do Sul alcançou índices de 8,3% (37,3 milhões) no ano de 2018, aumento de 1,6 milhões de pessoas que experienciaram fome com relação ao ano anterior (FAO et al, 2019).

Figura 1: Nível de insegurança alimentar mundial e regiões conforme a Escala de Experiência da Insegurança alimentar (FIES) para o período de 2014 a 2018.



Fonte: FAO et al, 2019

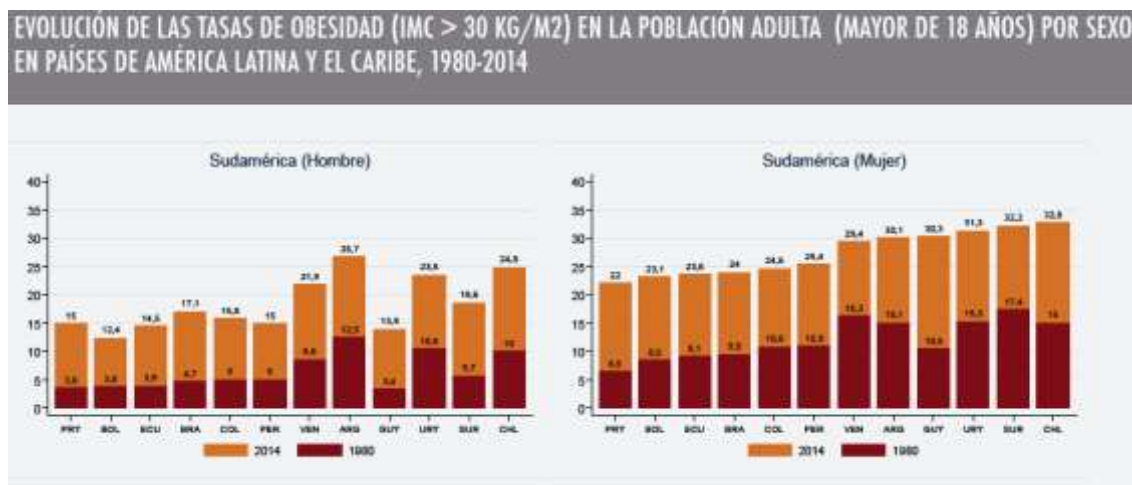
No Brasil, a mensuração dos níveis de iSAN ocorrem por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é instrumento adaptado da proposta FIES (FAO, 2015A), na qual a iSAN dos domicílios é classificada também em três níveis (leve, moderada e grave). Utilizando esta metodologia, em 2013 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – IBGE, 2014) pode verificar que 14,7 milhões de residências brasileiras (22,6% - cerca de 52,0 milhões de pessoas) se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), sendo que 3,2% dos lares avaliados (equivalente a 10,3 milhões de pessoas) possuíam IA grave, “(...) restrição alimentar na qual, para pelo menos uma pessoa, foi reportada alguma experiência de fome no período investigado” (IBGE, 2014, p. 33). A pesquisa observou ainda que em 4,6% dos domicílios (aproximadamente 10,3 milhões de pessoas) conviviam com a limitação de acesso quantitativo aos alimentos (IA moderada) (IBGE, 2014). Destaca-se que não foram encontrados estudos populacionais que trabalhem a realidade de Florianópolis nos padrões analisados.

A má nutrição estende-se para além das mensurações de fome devido ao fato de ademais da privação de alimentos relacionar-se com a qualidade do alimento consumido. Coexistem no mundo a fome, desnutrição, deficiências de micronutrientes, sobrepeso e obesidade, todas alicerçadas na falta de acesso a uma alimentação saudável que forneça a quantidade de nutrientes necessários para levar uma vida saudável e ativa. A mudança do conteúdo das refeições relaciona-se com alterações demográficas, sociais e econômicas, como o padrão de vida urbano e as condições físicas e financeiras de acesso a alimentos saudáveis, condicionantes estes do fenômeno mundial da transição nutricional que registram impactos nos níveis de sobrepeso e obesidade da população desde 1975 (FAO et al, 2018; FAO e OPAS, 2017A).

A modificação do padrão de consumo dos alimentos tem contribuído para a persistência da desnutrição em todas as suas formas e para a diminuição da qualidade de vida. Os níveis de obesidade⁶ tem aumentado na América Latina e Caribe, observando-se que 24 países da região apresentaram em 2014 uma proporção de pessoas obesas em valores próximos ou superiores a 20% da população. Destaca-se o aumento processual dos índices na população, verificando-se que o Brasil registrou aumento das taxas de obesidade na população adulta, para o período de 1980 a 2014, de 2,6 vezes entre os homens e 1,5 vezes entre as mulheres (Figura 2). A alteração dos padrões alimentares observada na região relaciona-se ao crescimento econômico e a uma maior integração nos mercados internacionais, verificando-se uma diminuição em preparações culinárias tradicionais baseadas em alimentos frescos, preparados e consumidos no lar, e uma presença e consumo cada vez maior de produtos ultraprocessados com baixa densidade de nutrientes, mas alto conteúdo de açúcar, sódio e gordura (FAO et al, 2018; FAO e OPAS, 2016B).

⁶Indivíduo com Índice de Massa Corporal (IMC) ≥ 30 kg/m² (WHO 2000), calculado a partir do peso em quilos dividido pelo quadrado da altura em metros (BRASIL, 2018).

Figura 2: Análise das Taxas de Obesidade na população adulta nos países da América do Sul para o período de 2014 a 2017.



Fonte: FAO e OPAS, 2017B.

Segundo a pesquisa “Vigilância de Fatores de risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico” (VIGITEL – BRASIL, 2018), realizada em todas capitais brasileiras e no Distrito Federal, no ano de 2017, a frequência de obesidade ($IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$) entre as localidades foi de 18,9%, não sendo registradas diferenças significativas entre os sexos. Florianópolis destacou-se entre as capitais com menor frequência de obesidade (15%), apresentando 16,1% para os homens e 14% para mulheres, no entanto, pode-se verificar que a capital registra uma tendência temporal de aumento nestes indicadores: 2006 (ano de início da pesquisa) – 9,9% de obesidade, 9,1% entre homens e 10,7% entre mulheres; 2010 – 14,4%, 15,5 entre os homens 13,4% entre mulheres. Destaca-se também que a frequência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade, $IMC \geq 25 \text{ kg/m}^2$) entre os brasileiros encontra-se em 54,0%, apesar de Florianópolis ser a 4ª capital com o menor índice (49,8%), a distribuição populacional percentual apresenta considerável relevância, em acordo com os estudos internacionais (BRASIL, 2007, BRASIL, 2014, BRASIL, 2018).

Medidas reestruturantes dos sistemas alimentares são imprescindíveis para a erradicação da fome, controle da má nutrição e promoção da alimentação saudável. Faz-se necessário a configuração de estratégias de produção de alimentos que remetam à soberania das nações e sua autossuficiência com relação aos alimentos de consumo interno, por meio da preservação de sementes tracionais (crioulas), biodiversidade agrícola e a valorização de cultura e hábitos alimentares de diversas populações. É essencial que os governos orientem seus esforços no desenvolvimento de sistemas alimentares sensíveis à nutrição, que forneçam alimentos

nutritivos e acessíveis a todos e que operem tendo em vista a gestão de recursos naturais, na perspectiva da “entrega de produtos e serviços alimentares, econômicos, ambientais e nutricionais” (FAO e OPAS, 2016B).

3.2 SISTEMA AGROALIMENTAR: Ordenamento transnacional das relações de produção, mercado e poder

“(…) o alimento tem sua função nutricional transmutada pelo processo geral de acumulação e realização de lucro. Ou seja, no contexto do capitalismo industrial, a alimentação assume uma expressão mercantil por excelência, e como tal um ato monetarizado.”

Nelson Maciel de Paula, 2017

As mudanças nas práticas agrícolas e no dinamismo da produção de alimentos pela sociedade podem ser avaliadas segundo três principais regimes alimentares: “coloniais-diaspóricos”, “mercantis-industriais” e “corporativos-ambientais”. O primeiro teve grande fortalecimento entre o final do século 18 e início do século 19, devido ao processo latente da Revolução Industrial, o qual promoveu o crescimento expressivo da população urbana que exigia maior suporte da produção rural para disponibilidade de alimentos. A centralidade do desenvolvimento deste modelo se deu na Grã-Bretanha, a qual combinava o recebimento de produtos tropicais enviados das colônias da Europa e a importação de grãos básicos e pecuária de Estados coloniais emergentes, especialmente aquelas localizadas no Novo Mundo (Estados Unidos, Canadá e Austrália) (AZEVEDO E PELICIONI, 2013; MCMICHAEL, 2016)

Este primeiro regime alimentar apresentou modificações substanciais no padrão produtivo, as quais interferiram diretamente na forma de plantar, estocar e distribuir os alimentos. Caracterizou-se pela ascensão das monoculturas, com destaque para a produção de larga escala de alimentos básicos e com alta densidade calórica, especialmente o trigo, de forma a atender a demanda crescente da sociedade urbana que se encontrava em período de expansão. O estabelecimento de fronteiras que permitiam a ligação dos agricultores coloniais e consumidores industriais possibilitou a provisão das forças de trabalho fabril crescentes no espaço urbano, que por meio da oferta de alimentos baratos, possibilitou a reprodução do trabalho assalariado em expansão e com baixo custo. Observa-se que estas mudanças afetaram imediatamente a qualidade de vida da população, de modo que nesta época Virchow (apud

AZEVEDO E PELICIONI, 2013) já sinalizava a necessidade de reforma agrária, fortalecimento de cooperativas e desenvolvimento rural como práticas que interferiam diretamente na melhoria da saúde da população (AZEVEDO E PELICIONI, 2013).

A partir deste período, a produção alimentar apresentou maior expressão enquanto prática de mercado, utilizando-se de avanços tecnológicos e descobertas científicas para intensificar os potenciais produtivos. Este novo entendimento compôs gradativamente uma nova proposta para a orientação do sistema agroalimentar, caracterizada por sua complexidade de relações, organizadas por redes de influência e potenciais de aprimoramento vinculados ao desenvolvimento das sociedades. Segundo BEARDWORTH e KEIL (1997 apud AZEVEDO E PELICIONI, 2013) as práticas modernas baseiam-se em aprimoramentos tecnológicos e científicos na agricultura e pecuária, no estabelecimento de grandes escalas de produção (local e global), no maior incremento de processos industriais na produção e processamento dos insumos e na crescente oferta de alimentos desconectados de sua sazonalidade, observando sérias repercussões socioambientais vinculadas ao modelo produtivo. Possuem relação também com a distribuição e comercialização com grandes redes varejistas e com a escolha alimentar vinculada ao potencial de compra dos indivíduos, o que reflete em desigualdades nutricionais entre e dentro das sociedades (AZEVEDO E PELICIONI, 2013).

Destaca-se que a intensificação no processo de aprimoramento do sistema de produção de alimentos teve centralidade após a Segunda Guerra Mundial, orientado pelos Estados Unidos e fortalecido pelo discurso de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Banco Mundial, de que a fome e a pobreza estavam associadas à produção insuficiente de alimentos oriunda da baixa produtividade agrícola. Desta forma, a partir da década de 1960 se iniciou nos países de menor renda a introdução de inovadoras técnicas agrícolas decorrentes de pesquisas provenientes de países industrializados, a qual foi denominada Revolução Verde (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016). Esta iniciativa foi baseada na “intensiva utilização de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização, associados ao uso de novas variedades genéticas fortemente dependentes de insumos químicos” (MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016, p.3).

A produção subsidiada de grandes contingentes alimentares vinculava-se à garantia de abastecimento e do controle financeiro de alimentos de baixo custo produzidos nos países do Terceiro Mundo, assim como certificava a lealdade anticomunista destes países no período da Guerra Fria e a estabilidade dos mercados imperiais já instituídos. Deste processo, observa-se

que os estados desenvolvimentistas internalizaram o modelo de agroindustrialização nacional incentivado pelos estadunidenses, caracterizado pela incorporação tecnológica da Revolução Verde e pela instituição da reforma agrária como instrumento de controle das relações sociais entre campo e mercado, assim como destaca-se o crescimento do agronegócio no estabelecimento de vínculos transnacionais relacionados com o desenvolvimento de agriculturas especializadas ligadas por cadeias de suprimento global (complexos de produção transnacionais) (MCMICHAEL, 2016).

A partir da década de 1970, desenvolve-se o terceiro regime alimentar, corporativo-ambiental, para o qual observa-se um novo comportamento do sistema de produção de alimentos, que incentivado pela crise mundial na produção de insumos propõe uma nova prática para armazenamento e oferta de alimentos, vinculada à utilização pela indústria dos excedentes de produção para a comercialização dos produtos sob a forma de alimentos industrializados. O aprimoramento da tecnologia e o aumento crescente da escala de produção possibilitaram aumentar a disponibilidade de produtos e a redução do seu preço, os quais foram conquistados devido à utilização de ingredientes e aditivos alimentares de custo extremamente baixo. A estratégia aumentou a produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou aumento da garantia de acesso aos alimentos (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016; WILKINSON, 2002).

Ressalta-se que este processo de inovação tecnicista do sistema agroalimentar provoca historicamente uma dependência compulsória de países subdesenvolvidos, como o Brasil, com o capital internacional, o qual direta ou indiretamente detém o mercado de sementes, agroquímicos, maquinaria, processamento, transporte, distribuição e comercialização, resultando em um controle que se faz desde a posse dos meios de produção, domínio da tecnologia, até políticas fiscais e monetárias, concessão de subsídios e legislações. Desta forma, o agricultor não define mais a gestão de sua produção, torna-se duplamente vulnerável, subordinado às decisões das empresas multinacionais em biotecnologia, que concentram a propriedade privada sobre insumos agrícolas e sementes, segundo processos pautados por suas leis de transgênicos e patentes, e às grandes redes de indústrias e supermercados, que impõem aos agricultores produtos, preços, quantidades e prazos de pagamento, os quais causam o enfraquecimento da produção local, diversificada e independente. (MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016; ABRANDH, 2013).

Esses condicionantes expuseram os países subdesenvolvidos a um modelo agrícola industrial baseado no latifúndio e na produção de alimentos focada em monoculturas, fundamentando um compromisso eficiente com a lógica de mercado global, pautada por princípios neoliberais, vinculada a um sistema de exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados. Segundo observações da ABRANDH (2013), o sistema agroalimentar está concentrado, salientando que cerca de dez grandes transnacionais são responsáveis pelo controle de agrotóxicos, sementes e transgênicos, e que cerca de dois terços do volume de vendas de varejo no Brasil está distribuída entre cinco grandes redes nacionais e internacionais de supermercados. Desta forma, é notória a desvalorização contínua do conhecimento agrícola tradicional e dos hábitos de vida relacionados à manutenção da cultura de cada região, verificando-se que a produção tradicional de alimentos e a cultura alimentar dos povos estão sendo substituídos por alimentos produzidos sob a ótica da predominância econômica, tecnológica e cultural ocidental (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016; WILKINSON, 2002).

A produção de alimentos dentro do padrão moderno de agricultura e mercado leva à exclusão social, observada junto aos pequenos produtores que têm continuamente sua produção submetida ao mercado desigual, orientado pelas práticas neoliberais, ditado pela flutuação do agronegócio, incentivo governamental vinculado à prática extensiva e com uso de componentes químicos, pela dependência da comercialização de sementes modificadas e pelo sucateamento dos mercados locais. Assim como, a exclusão social vincula-se também ao poder de compra dos consumidores, condicionando o acesso da população aos alimentos e inferindo, desta forma, o padrão nutricional ao qual se terá direito (ANDERSON, 1995; CAPORAL, 2009; FUHRMANN, 2004; RIBEIRO et al, 2012; SANTOS, 2013).

Embora cada regime alimentar tenha características próprias e formas diferentes de compreensão e agência, elementos de regimes anteriores são transferidos para os regimes seguintes de forma ressignificada, como observado no período colonial em que ao tempo que caracterizou-se pelo desenvolvimento do mercado mundial e padrão-ouro de consumo, desestabilizou-se devido ao processo de descolonização de seus Estados, influenciado pela hegemonia emergente dos Estados Unidos da América. Este, no período mercantil-industrial, apresentou sua contribuição com o estabelecimento de vínculos de dependência com países subdesenvolvidos, incentivando o crescimento controlado das economias emergentes, sob prerrogativas do controle político global e a manutenção dos mercados mundiais já existentes. O regime alimentar sucessor, o corporativo, combinou elementos dos anteriores, restaurando o

princípio dos mercados mundiais expandidos por meio do vínculo contraditório do protecionismo agrícola do hemisfério norte e liberalização de setores agrícolas e mercados de alimentos do hemisfério sul. A lógica neoliberal imbricada neste último processo acarretou uma subordinação explícita das nações aos mercados e um regime estruturado na mercantilização do abastecimento alimentar (ANDERSON, 1995; FUHRMANN, 2004; MCMICHAEL, 2016).

Diante disso, a tipificação dos regimes alimentares de cada período e seu desenvolvimento temporal permitem a contínua reformulação das políticas desenvolvimentistas e a construção do legado das tecnologias agrícolas e alimentares, os quais impactam em consequências futuras relacionadas à sustentabilidade ambiental, acesso aos alimentos, segurança alimentar e nutricional, relações energéticas, direitos de propriedade intelectual, desalojamento da população e à saúde pública. O campo e cidade sofrem com esta conjuntura, pois ao enfraquecer a produção de alimentos enquanto prática de um povo, tem-se abalado também o direito dos cidadãos à alimentação adequada.

Como uma das alternativas ao enfrentamento desta situação, propõe-se o desenvolvimento de cadeias curtas de produção, que caracterizam-se por construir “novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e identidade dos produtos”, as quais são determinadas não apenas por critérios de preço, mas também por “(...) valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais.” (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2017, P.12). A agricultura urbana e periurbana são exemplos desta possibilidade organizativa, a qual torna possível a produção de alimentos dentro dos limites das cidades por meio de métodos intensivos que conciliam a inter-relação humano-cultivo-animal-meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística. Estes condicionantes refletem a maior estabilidade da força de trabalho, produção diversificada de cultivos atrelada às características socioculturais e a criação de animais durante todo o ano, garantindo, desta forma, acesso permanente a alimentos diversificados, saudáveis e aproximados a identidade cultural da região (FERNANDES, SOUZA E MARTINS JÚNIOR, 2013).

De maneira geral, esta prática é promovida por meio de iniciativas comunitárias, como hortas urbanas, no entanto, é possível o desenvolvimento desta modalidade de cultivo com fins individuais e desconectados da prática coletiva, embora ocorram de forma isolada. As propostas de hortas urbanas com caráter comunitário são desenvolvidas em locais consensados com a comunidade, geralmente terrenos vagos e subutilizados em áreas não edificáveis e terrenos sem

aproveitamento, terrenos comunitários e áreas abertas em residências ou instituições públicas, aproveitando desta forma, recursos, insumos e serviços urbanos como o solo, a água, mão de obra, entre outros. São autogeridas pela comunidade, a qual é responsável pelo manejo da horta, definição do que será plantado e distribuição dos insumos, contribuindo, desta forma, para a (re)configuração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais, das práticas sociais (FERNANDES, SOUZA E MARTINS JÚNIOR, 2013; RIBEIRO, BÓGUS E WATANABE, 2015).

O desenvolvimento das hortas urbanas, assim como da agricultura urbana, permitem o planejamento do território e gestão das cidades, favorecendo a correta destinação dos resíduos urbanos (sólidos e urbanos), o reflorestamento das cidades, o aumento da permeabilidade do solo e das áreas verdes, a limpeza dos terrenos baldios, o uso adequado para áreas de risco, entre outros. Além disso, pode estar relacionada à geração de renda e melhoria da qualidade de vida, por meio do processamento e venda do excedente da produção (FERNANDES, SOUZA E MARTINS JÚNIOR, 2013; RIBEIRO et al, 2012).

Fernandes, Souza e Martins Júnior (2013) ressaltam que o desenvolvimento desta atividade está relacionada à melhoria de níveis de saúde, por meio do maior controle das áreas em desuso, redução de vetores e pragas urbanas, melhora nos fatores nutricionais e de saúde psíquica dos indivíduos envolvidos, aliado à promoção de práticas de inclusão de pessoas em situação de risco, famílias desprovidas de recursos financeiros, idosos, portadores de necessidades especiais e famílias chefiadas por mulheres. Ainda, observam que este tipo de iniciativa ao propiciar a participação ativa da comunidade interfere positivamente na organização comunitária e melhoria dos relacionamentos interpessoais.

Estes autores ressaltam ainda que as famílias envolvidas com as hortas utilizam esta proposta para o fortalecimento das relações sociais, realização de diálogos a respeito da conjuntura local comum a todos e o papel da organização social diante dos aspectos observados (FERNANDES, SOUZA E MARTINS JUNIOR, 2013). Ribeiro et al (2012) concordam com este posicionamento, observando que a agricultura urbana propicia a participação popular e estimula o acesso contínuo à informação e aprendizagem em torno de questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente, promovendo o empoderamento individual e comunitário e o protagonismo social, o que reflete positivamente na promoção da saúde e na segurança alimentar e nutricional das populações envolvidas.

De forma complementar, Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015) trazem a discussão de que a participação popular é a essência da autopromoção dos povos, existindo por meio de

conquistas processuais que se desenvolvem de maneira lenta e eficaz. Ressaltam que participação popular apenas assume papel relevante nos processos em que o cidadão é considerado como centro no trabalho das comunidades, em que suas experiências e qualidade são estimadas e que se valorize sua capacidade em contribuir para o bem comum. Neste sentido, a realização de hortas urbanas autogeridas pela comunidade, incentivam e promovem de maneira colaborativa a organização comunitária e o engajamento social.

Florianópolis caracteriza-se pelo crescimento da prática da agricultura no espaço da cidade, observando-se que o cultivo de quintais produtivos e culturas comunitárias está cada vez mais presente no espaço urbano. Os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 permitem observar o total de 211 estabelecimentos agropecuários⁷ na cidade de Florianópolis, sendo que 62,08% (n=131) estão compreendidos na área urbana⁸ (IBGE, 2018). Contudo, ainda não foram disponibilizados pelo órgão responsável os dados por cidade/capital, dificultando a análise das características e a tipificação do desenvolvimento agrário encontradas no território de Florianópolis. Na realização de um trabalho de campo junto aos varejistas e agricultores urbanos, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) realizou o mapeamento das iniciativas de agricultura urbana existentes na cidade no ano de 2016, registrando um total de 55 iniciativas comunitárias e 25 hortas em unidades de saúde (MAGNANTI et al, 2017). Apesar de o estudo observar limitações quanto à abrangência e capilaridade da pesquisa, apresenta uma contribuição importante referente à existência de diferentes formas de práticas de AU no município, destacando sua diversidade quanto à finalidade da interação e/ou cultivo (ex.: autoconsumo, pedagógico, varejista, etc.), mas que, de forma geral, alicerçam-se num horizonte de sustentabilidade agroecológica, apontando como principais tipos:

“a) agricultura urbana para autoconsumo e troca; b) agricultura urbana e hortas comunitárias com finalidades de interação social e resgate cultural; c) agricultura urbana em áreas de forte presença dos aspectos rurais (...), permitindo uma produção em larga escala e circuitos curtos de comercialização; d) agricultura urbana e aspectos socioeducativos (...); e) outros elementos da agricultura urbana, como a compostagem e compra coletivas” (MAGNANTI et al, 2017, p. 31-32).

⁷ É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.) ou de sua localização (área rural ou urbana), todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

⁸ Área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essa área, é estabelecido um perímetro urbano para fins da coleta censitária, que é aprovado pelo prefeito local. Os limites urbanos são de responsabilidade da prefeitura. Os perímetros para fins estatísticos são comunicados à administração municipal.

O contexto da forma de produzir alimentos convém uma ponderação necessária, embora o espaço da agricultura urbana guarde aspectos relevantes alusivos à forma de cultivo, resgate cultural, valorização do agricultor e potencialidades relacionadas à aproximação e ressignificação do cultivo e consumo, ainda é a área rural a principal responsável pelo abastecimento do mercado alimentar. Segundo estudo da FAO (2015B), estima-se que existam cerca de 570 milhões de estabelecimentos agropecuários no mundo, em que aproximadamente 500 milhões (90%) são dirigidos ou dependem da mão de obra de uma família. Observa-se ainda que 84% das granjas mundiais possuem até 2 hectares (que totalizam apenas 12% das terras agrícolas no mundo) e são responsáveis por produzir em torno de 80% dos alimentos consumidos no mundo, o que corrobora os argumentos apresentados anteriormente relativos a organização e modo de funcionamento do cenário agrícola, especialmente no que trata da necessidade de utilização da agricultura familiar. Schneider (2004) observa que a terra e o trabalho agrícola tiveram historicamente seu sentido originário alterado, dando espaço a novas formas de trabalho e de produção pelos “colonos-operários”, hoje caracterizados pelo assalariamento e pela complementação de renda com atividades não-agrícolas, reflexos da emergente pluriatividade do setor. Avança trazendo que esta nova formatação traz ao diálogo questões como a descentralização industrial, informalização e a precariedade das relações de trabalho, observando que a maior aproximação do rural-urbano pode favorecer o debate dessas questões e trazer melhorias ao modo de funcionamento do trabalho no campo.

Diante destes aspectos, é notória a aproximação do desenvolvimento de iniciativas comunitárias de produção de alimentos no espaço urbano com processos de ressignificação individual e coletiva das comunidades, estreitamento dos laços sociais, criação de canais de diálogo na sociedade, empoderamento e sentidos de agência sobre desigualdades presentes no cotidiano, propiciando maior igualdade no acesso a alimentos diversificados e saudáveis, promovendo inclusão social e atuando, por fim, de forma determinante na estrutura social configurada. Estes fatores, no entanto, apenas conseguem ser efetivados na esfera coletiva organizada, a qual se orienta por princípios e necessidades compartilhadas como forma de mudar a situação existente. O associativismo civil propicia o sentido coletivo no envolvimento comunitário, possibilitando o reconhecimento e pertencimento dos espaços de agência, a construção de significados e sentidos morais do grupo e o estabelecimento de metas e planos de ação consensados coletivamente, observando impactos democráticos e transformadores na forma de organizar pessoas e sociedades (LÜCHMANN, 2012; WARREN, 2001).

3.3 ASSOCIATIVISMO CIVIL: Sociedade, associativismo e democracia

“(...) E quest' èil fiore del partigiano

O bellaciao, bellaciao, bellaciao, ciao, ciao (...)”

BellaCiao - Banda Bassotti

Para além do entendimento de democracia como a “escolha de líderes políticos por meio da disputa entre partidos políticos pelo voto, observando a dinâmica das relações estabelecidas e jogos de mercado” (MACPHERSON, 1978), a prática democrática deve ser pautada pela apropriação da sociedade sobre a condução do gerenciamento de governos e parlamentos. Este fazer reflete da participação direta dos cidadãos nos assuntos de interesse da coletividade, ancorados na autodeterminação do direcionamento da coisa pública e na dimensão transformadora e pedagógica da participação comunitária (LÜCHMANN, 2012).

Neste sentido, as relações associativas estabelecidas entre as pessoas promovem a organização de coletivos que pressupõe a compreensão de relativa igualdade social entre seus integrantes e a voluntariedade na construção da sensibilidade moral do grupo, por meio de relações consensadas que extrapolam os limites do querer individual (WARREN, 2001). Dessa forma, o associativismo é importante para democracia porque permite um olhar ampliado, promovendo o cultivo do desenvolvimento de virtudes cívicas, o querer coletivo e colegiado, a busca por algo melhor. Ao pressupor a igualdade social, permite ampliar os domínios da prática democrática, possibilitando alcançar por meios alternativos aos instrumentos institucionais, vozes que foram silenciadas (ou ainda não ouvidas) devido a desigualdades de renda e poder. O associativismo preenche, portanto, grande parte das lacunas existentes para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática, vinculada à capacidade de defesa dos grupos mais vulneráveis e excluídos, promoção de processos de educação política (com base na confiança, cooperação e espírito público), potencial de denúncia às relações de poder, possibilidade de promover, ocupar e otimizar espaços de cogestão de políticas públicas (LÜCHMANN, 2011; LÜCHMANN, 2014).

O exercer da democracia implica a garantia de oportunidades mais igualitárias para que os cidadãos possam tomar parte das decisões políticas e julgamentos coletivos, e neste sentido a prática do associativismo oferece algumas contribuições. A primeira está relacionada ao “Desenvolvimento Individual”, contribuindo para formação, fomento e suporte na consecução de cidadãos mais críticos e democráticos, o que possibilita a potencialização de processos de

construção e ampliação da “Formação da opinião pública”, por meio da problematização das opiniões, políticas e direcionamentos institucionais. Em terceiro, colabora com o “Fortalecimento das instituições de representação e criação de canais institucionais” que produzam decisões políticas legítimas por meio da participação dos cidadãos (LÜCHMANN, 2014).

Neste contexto, observa-se contínuo aumento do fazer associativo, o qual, segundo as contribuições de Urbinati e Warren (2008), está relacionado aos impactos da globalização, maior acesso à informação, crescimento latente da interdependência de Estado e nação, movimentos de mercado, novas tecnologias, das condições que extrapolam limites de localidades, federações ou povos. A articulação de demandas locais, nacionais e transnacionais inquietam, questionam e favorecem para que as pessoas se sensibilizem em torno de algo que não mais é respondido pelo Estado, ao qual questiona-se a capacidade em coordenar e mediar as necessidades e conflitos sociais. Este processo também incentiva a pluralização da vida associativa e dos espaços políticos, uma vez que os limites de modelo eleitoral institucional vigente não compreendem mais a complexidade da representação política proposta pelo povo.

Convém observar que existem diferentes vivências nas práticas associativas as quais podem apresentar elementos ruins para o desenvolvimento da democracia, que pelo olhar distorcido do bem comum podem reunir-se por motivações privadas e individualistas, relacionadas a determinado grupo de poder, práticas racistas ou de ódio, interesses de poderosos. No entanto, a democracia se fortalece quando consegue contemplar a pluralidade das práticas e dinâmicas associativas, que atuando em diversas tarefas, cooperativas e/ou conflitivas, ampliam e diversificam as demandas e as respostas democráticas para as diferenciadas necessidades e conflitos políticos e sociais (LÜCHMANN, 2014).

O complexo heterogêneo, sinérgico e por vezes antagônico que compõe o universo de possibilidades associativas compreende o que Warren (2001) denominou de “ecologia democrática”. Observa-se que ao desenvolverem suas atividades e funções, conforme as características de sua organização, as associações não conseguem exercer ao mesmo tempo a defesa das demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos, o cultivo de habilidades cívicas e de educação política, a atuação como contrapesos de poder, a participação em espaços de governança, e ainda, a formação de opinião pública, possibilitando que outros tipos de organização atuem em conformidade (ou não) com alguns objetivos, estabelecendo atividades sinérgicas, complementares ou conflitantes, mas que dão corpo à “ecologia democrática” sugerida por Warren (LÜCHMANN, 2014; WARREN, 2001).

Os tipos de associação podem ser diferenciados conforme a natureza dos laços e grau de autonomia, a fim de explorar o potencial de atuação e articulação de cada um no contexto a ser avaliado. Dessa forma, Cooley (1983) identificou três tipos de possibilidades associativas, na qual a rede de associação primária se caracteriza por estabelecer relações mais próximas e íntimas e com baixo grau de autonomia, observada em famílias, grupos de amigos, vizinhos. Possuem demandas mais individuais e guiam-se por organizações de hierarquia relacional. As associações secundárias transcendem o mundo intimista, possuem baixo grau de complexidade e alto grau de autonomia e caracterizam-se por realizar “ações coletivas benéficas ao cultivo da sensibilidade ética de um “auto interesse bem compreendido”, desenvolvendo novas formas democráticas de interação (WARREN, 2001). São exemplos deste tipo de associação organizações de moradores, igrejas, clubes e grupos cívicos. Já partidos políticos e sindicatos compõe o último tipo de possibilidades, as associações terciárias, as quais caracterizam-se por serem grupos de interesses e profissionais que se organizam devido a propostas específicas, sendo relativamente anônimos entre si e não possuindo necessariamente muitos pontos em comum, além da pauta de referência (WARREN, 2001; LÜCHMANN, 2014; LÜCHMANN, 2012).

Pode-se ainda analisar o fenômeno associativo segundo algumas perspectivas teóricas, em que LÜCHMANN (2014) em sua revisão intitulada “Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos”, sugere as conceituações relacionadas ao capital social, movimentos sociais e sociedade civil, apontando características, visão democrática e impactos na sociedade relacionados a cada perspectiva. O capital social é um tipo de associativismo de base horizontal e de expressão face a face, preza pelos valores de cooperação, solidariedade⁹, confiança, comunicação e espírito público. Prioriza a construção de redes associativas ou de engajamento cívico que ao tratarem de questões comuns, promovem maior comprometimento da população com as questões públicas, desenvolvendo um senso de pertencimento coletivo e produzindo práticas de cooperação. Os impactos democráticos são

⁹ Segundo Abbagnano (2007), a solidariedade pode ser definida como “(...) assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo”, relacionando-se com a “(...) criação histórica de indivíduos capazes de identificar-se com a vida alheia” (ABBAGNANO, 2007. p.929). A solidariedade concretiza-se enquanto “fato social” à medida que compreende-se não ser esta inerente ao ser humano individualizado, é coletiva, é relacional. Como Philippe Perrenoud (2003) define: “A solidariedade não é espontânea, é uma conquista contra o egocentrismo e o egoísmo que caracterizam a criança pequena, como também contra o etnocentrismo de todo grupo humano e a prioridade que dá a seus próprios interesses. A solidariedade é uma construção social e cultural, uma conquista frágil da civilização.” (PERRENOUD, 2003). No escopo deste trabalho, a solidariedade relaciona-se fundamentalmente com a negação do individualismo e adesão a formas coletivas e voluntárias de produção de alimentos.

efeitos secundários deste tipo de associação e ocorrem pela sinergia de redes e ações que, em conjunto, operam sobre instituições políticas mais gerais, no entanto, o estabelecimento destas conexões favorece o engajamento cívico (maior interesse e comprometimento, com conseqüente melhoria da eficácia política) que é central no desenvolvimento da democracia.

A concepção associativa dos movimentos sociais diverge do capital social ao identificar a heterogeneidade das associações, propondo uma visão mais conflitiva da democracia. Caracterizam-se como “(...) redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13). Trata-se de uma expressão pública de um conflito social, uma ação coletiva articulada entre diferentes grupos que atua por meio de alvos para esforços coletivos, geralmente relacionados a problemas de bem comum, correção de injustiças, ataque a fontes de descontentamento, questionamento ou apoio a valores ou princípios morais. Para sua consecução depende de oportunidades políticas e dos sujeitos sociais ativos para o desencadeamento da ação coletiva, que é potencializada por grupos associativos preexistentes que dão suporte, base argumentativa e auxiliam na construção de modelos e significados do movimento. Possuem capacidade de alterar a realidade social no sentido cultural e/ou institucional, uma vez que expõe e luta contra as relações de poder e dominação existentes na dinâmica da vida social. Os benefícios democráticos estão relacionados com o fomento de inovação política e cultural e a explicação de estruturas e mecanismos de poder, expondo práticas de opressão, controle e discriminação utilizadas nos meios sociais, políticos, econômicos e culturais. No entanto, devido a sua estrutura diversificada e à fluidez na identificação dos atores sociais, os movimentos sociais caracterizam-se por serem fenômenos fragmentados que exigem muito recurso para gerir sua complexidade (DIANI E BISON, 2010; LÜCHMANN, 2014).

A perspectiva da Sociedade Civil trabalha no sentido de que as organizações são responsáveis por reproduzir culturas e tradições e formar identidades coletivas respaldadas pelos princípios da democracia e solidariedade. Caracteriza-se por ser o campo de expansão e aprofundamento da democracia e possui forte articulação e pressionamento pelas lógicas do Estado e mercado, as associações civis atuam por meio de estratégias defensivas e ofensivas na garantia da limitação da influência destes na vida das pessoas. A democratização da sociedade civil é tratada sob duas vertentes, a dos valores e práticas sociais e a dos subsistemas (Estado e mercado) e as práticas institucionais, no entanto sua atuação não está associada à conquista do poder ou à competição do mercado, relaciona-se com o dinamismo dos espaços de discussões

e decisões políticas, atuando pela influência nestes espaços em benefício da democracia. A atuação das associações neste campo é de suma importância, pois possibilita a mediação dos espaços públicos e apropriação das demandas civis dentro das instituições, no entanto é autolimitado devido ao dimensionamento da estrutura gerencial e do poder associativo presente nestas estruturas (DIANI E BISON, 2010; LÜCHMANN, 2014).

Outra perspectiva analítica do fazer associativo é explorada por Adrián Gurza Lavalle, Graziela Castello e Renata Mirandola Bichir (2006), a qual propõe um olhar aprofundado sobre a sociedade civil, compreendendo que esta não é orientada por uma lógica unificadora e por compromissos universais, há neste espaço de organização societária uma vivacidade e heterogeneidade características do modo de funcionamento das organizações civis que o compõe. O estudo que embasa a análise de redes proposta pelos autores é desenvolvido em uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo no ano de 2002, com 202 organizações civis, as quais foram estudadas conforme os papéis desempenhados, dinâmicas internas e vínculos preferências de relacionamento, compondo um leque de possibilidades associativas diferenciadas empiricamente segundo sua estrutura de organização, funcionalidade e modo de atuação (GURZA LAVALLE et al, 2006; GURZA LAVALLE et al, 2007).

Para os autores, a análise de redes assume como premissa “(...) a importância dos laços sociais como elementos que estruturam a vida social, imputando a eles diversas consequências em termos de possibilidades e restrições para a ação de indivíduos e atores coletivos.” (GURZA LAVALLE et al, 2006, p. 21). Nesse sentido, abordam que os alcances da atuação das organizações civis devem ser compreendidos considerando os processos de diferenciação funcional utilizados para potencializar as possibilidades de incidência nas instâncias de tomada de decisão ou na construção de agendas públicas, assim como nas oportunidades de maior inserção na agência local. Diante disso, a análise das relações sociais estabelecidas no universo das organizações civis explicita um caráter desigual quanto à capacidade de ação e interlocução, apontando para uma característica relacional hierarquizada, alicerçada na funcionalidade de cada tipo de organização. No entanto, os autores avançam ao considerar que a existência de organizações civis com propósitos e modos de ação distintos relacionam-se com o “pluralismo societário ou a heterogeneidade da ação coletiva”, observando que o modo de funcionamento da rede de relações destas organizações é composto também por funções complementares, resultado de “processos complexos de divisão do trabalho” (GURZA LAVALLE et al, 2006; GURZA LAVALLE et al, 2008).

Conforme exposto anteriormente, a diversidade de possibilidades associativas é orientada quanto à capacidade de ação e interlocução, o que guarda relação direta com o protagonismo das organizações no universo de atuação da rede. Atores centrais possuem uma densa malha de relacionamentos, apresentam forte potencial de influência em outras organizações civis e a capacidade de articulação e agremiação de interesses dentro do universo associativo, são exemplos: Organizações Populares, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações Articuladoras. O desenvolvimento de atividades mais localizadas e relacionadas diretamente ao público beneficiário são características dos atores periféricos, os quais possuem alto grau de dependência de outros atores para terem acesso a informações, fontes de financiamento, incidência na tomada de decisões, entre outros. Associações de bairro e associações comunitárias são características dessa tipificação associativa. Os atores-ponte compõem o nível intermediário na rede relacional, responsáveis por mediar recursos materiais, simbólicos e/ou políticos, sendo exemplos fóruns e entidades assistenciais (GURZA LAVALLE et al, 2006; GURZA LAVALLE et al, 2008).

Atores centrais apresentam referência simbólica na constelação de atores presentes na rede, sendo que, segundo os autores, as organizações populares foram o tipo de ator de maior centralidade no universo das organizações civis de São Paulo. Historicamente, as organizações populares correspondem a movimentos sociais, com atuação voltada para a mobilização coletiva, voltadas para as demandas sociais. Caracterizam-se por serem atores engajados na disputa de questões estruturais, apresentando grande capacidade de contestação perante o Estado, com alto poder de tensionamento e/ou influência nas instâncias de tomada de decisão e opinião pública. Possuem uma rede interna de relacionamentos bastante coesa e hierarquizada, orientando seus esforços para a promoção de ações coletivas centralizadas no ator de “maior capacidade de mobilização e visibilidade pública” (GURZA LAVALLE et al, 2006, p. 40). São exemplos desse tipo organizativo Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Revolução dos Baldinhos, entre outros (GURZA LAVALLE et al, 2006).

Apresentando relevância no cenário dos atores centrais, as ONGs atuam na tematização pública de problemas sociais, relacionados a uma semântica de direitos e ampliação substantiva da democracia. Com origem em organismos de cooperação internacional, no Brasil, o desenvolvimento de organizações sociais do tipo ONG relacionam-se a entidades de *advocacy*, órgãos dedicados a vocalizar e reivindicar publicamente demandas de terceiros. Inicialmente possuíam como papel a assessoria de movimentos sociais, no entanto, no desenvolver de suas atividades se destaca seu papel ativo no cenário da ação coletiva. Diferente do perfil de outros

atores centrais (organizações populares e articuladoras), as ONGs se caracterizam por construir muitos vínculos, o que as torna mais eficientes quanto à capacidade de alcançar outras organizações ou pontos da rede e à sua habilidade de coordenação e trabalho em rede. São exemplos de ONGs: Cepagro, Instituto Compassos, Instituto Çarakura (GURZA LAVALLE et al, 2006; GURZA LAVALLE et al, 2007).

Articuladoras são organizações fundadas por outras entidades civis para a coordenação e articulação de ações, construção de agendas comuns e para o fortalecimento de suas pautas com vias a representação perante o poder público e outros atores políticos, econômicos e civis. Dessa forma, são consideradas organizações civis de terceira ordem, resultado da necessidade de maior composição entre os atores e a necessidade do fortalecimento das demandas apresentadas perante o cenário da ação coletiva, o que se manifesta por orientações geralmente temáticas, centradas nos pontos de interesse das organizações sociais que a compõe. Em seu modo de funcionamento, caracterizam-se por sua centralidade na dinâmica das relações das organizações civis, mas destacam-se também pelo potencial de acessibilidade para organizações territoriais de base, de condição periférica, as quais utilizam o espaço de integração proposto pelas articuladoras para ampliar sua capacidade de ação para além do plano local. Dado o alto nível de representatividade e capacidade de capilarização no universo das organizações sociais, a forma de funcionamento e inserção deste tipo associativo termina por projetar os atores com maior peso na disputa da ação coletiva perante o Estado e os próprios atores sociais. Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), Instituto Padre Vilson Groh (IVG), União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) e Rede Semear são característicos dessa tipificação associativa (GURZA LAVALLE et al, 2006; GURZA LAVALLE et al, 2007).

Na “periferia” do campo societário, estão localizadas as associações de bairro e associações comunitárias, tipos organizativos com menor densidade de relacionamentos no universo associativo, as quais dispõem de baixa capacidade de mobilização e coordenação da ação de outras organizações civis, tendendo, portanto, a desenvolver uma atuação localizada e dependente dos demais atores da rede. As associações de bairro exercem atividades relacionadas a demandas urbanas específicas, trabalham em e para uma comunidade. Relacionam-se a propostas de “autoconstrução, conquista de creches e postos de saúde, ocupação e legalização de terrenos, ampliação e aprimoramento do transporte público, bem como um leque de reivindicações de infraestrutura urbana básica (...)” (GURZA LAVALLE et al, 2008, p. 77). Possui uma atuação microterritorial, conjugando em sua funcionalidade o “(...)

ativismo e a presença em locais com posições marginais na rede como um todo” (GURZA LAVALLE et al, 2008, p. 83). Já as associações comunitárias caracterizam-se por desenvolver atividades mais restritas, em geral, exclusivas ao grupo de indivíduos participantes da entidade. Os membros desta associação são simultaneamente os beneficiários e agentes do trabalho desenvolvido, personificando sua funcionalidade mutualista. Em geral mantém certa conectividade com o trabalho paroquial e pastoral de igreja, sendo exemplos centros da juventude, grupos de terceira idade, clube de mães, grupos culturais (GURZA LAVALLE et al, 2008).

Encerrando o universo de propostas associativas proposto por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2008), os atores-ponte são responsáveis, em grande parte, pela relação de intermediação entre atores centrais e periféricos. Os fóruns possuem caráter periódico e compreendem sua localização na rede como “(...) instâncias de encontro, definição e orientação programática de atores com vocações temáticas e preocupações afins.” (GURZA LAVALLE et al, 2008, p. 89), abrigando todo tipo de organizações civis e destacando-se pela sua acessibilidade ou proximidade àqueles atores que os procuram. São locais de adensamento de discursos, programação de ações e de interação entre as organizações civis, caracterizando-se como as principais instâncias de problematização das demandas observadas e formação de consensos. Não constitui, portanto, canal de luta política. Na medida do possível, os consensos e observações realizadas pelo coletivo são publicizadas, cabendo às organizações civis que participaram do respectivo fórum implementar e/ou disputar os adensamentos na arena política. As entidades assistenciais também compreendem o espectro dos atores-ponte, mas guardam uma relação mais restritiva e verticalizada na intermediação dos atores. Caracterizam-se pela prestação de serviços assistenciais a segmentos populacionais mais vulneráveis, mediando processos de “(...) captação e canalização de recursos destinados à assistência e à benemerência, conectando organizações financiadoras, sustentadoras ou doadoras bem aparelhadas relacionalmente com atores periféricos, como as associações de bairro, próximas dos públicos visados como alvo da assistência” (GURZA LAVALLE et al, 2008, p. 68). São exemplos deste tipo de organização centros sociais, pastorais (GURZA LAVALLE et al, 2006; GURZA LAVALLE et al, 2008).

Importante salientar que as propostas analíticas sugeridas por Lüchmann e Gurza Lavalle diferem quanto a perspectiva teórica, devido à investigação do fazer associativo debruçar-se sobre diferentes pontos de vista. A compreensão trabalhada por Lígia Lüchmann em seus artigos, dedica-se ao entendimento da teoria e prática das associações, buscando as

intencionalidades que caracterizam o fazer associativo. Gurza Lavallo preocupa-se com a compreensão dos aspectos organizativos presentes nas associações, aprofundando os entendimentos relativos a tipificações associativas, forma de atuação e às intencionalidades e impactos associativos nas interações presentes no tecido social.

Diante do exposto, observa-se que a prática associativa vai depender da estrutura de organização social existente, dos atores sociais envolvidos e especialmente da motivação e pertencimento do coletivo com relação às pautas trabalhadas. Todos os tipos e moldes de associação possuem benefícios e limitações, convém, contudo, saber avaliar a temporalidade e intencionalidade do objetivo da ação, a fim de potencializar as conquistas e atuar verdadeiramente em favor da democracia (LÜCHMANN, 2014). Neste sentido, observa-se que o fazer associativo pode encontrar-se relacionado a propostas promotoras de saúde, à medida que propiciem maior sentimento de pertencimento individual e coletivo, promovam a participação e engajamento popular, e que atuem no sentido da equidade e da justiça social (CARVALHO E GASTALDO, 2008; WHO, 1998).

3.4 PROMOÇÃO DA SAÚDE E ASSOCIATIVISMO CIVIL: Saúde no contexto da estrutura e luta social

“Não é sinal de saúde estar bem adaptado a uma sociedade doente.”
Jiddu Krishnamurti

Refletindo sobre as palavras de Jairnilson Paim na VIII Conferência Nacional de Saúde (PAIM, 1987), saúde termina por concretizar-se como “produto de condições objetivas de existência”, resultado dos condicionantes de vida (biológicos, sociais e culturais) e, principalmente, das “relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, através do trabalho” (PAIM, 1987, p. 46). É portanto, compreender que são as relações sociais de produção estabelecidas, a base estrutural da forma concreta da vida em sociedade, e, deste modo, as grandes balizadoras do perfil de saúde de sua população. Segundo Lefevre e Lefevre (2004), o processo saúde-adoecimento seria, neste contexto, um indicador de desarmonia, “(...) desequilíbrio importante e estrutural nos modos de produzir, viver, morar e, de um modo geral, nas relações do homem consigo mesmo, com os outros homens, com a natureza (...)” (LEFEVRE E LEFEVRE, 2004, p. 29). Este descompasso prevê que intervenções para o restabelecimento das condições anteriores, ditas “saudáveis”, devam ser pautadas em suas

causalidades, refletindo um novo modo de ver a saúde e a doença por meio de uma mudança social significativa em direção a uma sociedade mais democrática.

Dessa forma, a proposta da Promoção da Saúde surge em resposta aos desafios sanitários contemporâneos, expostos diante da conjuntura das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, do esgotamento do modelo biomédico como prática extensiva em saúde e da mudança do perfil epidemiológico observado nas últimas décadas (CARVALHO, 2004). No entanto, é importante salientar que a promoção da saúde possui diferentes perspectivas, podendo relacionar-se a um entendimento mais conservador, relacionado a processos em que os indivíduos assumem progressivamente a responsabilidade pela sua saúde, o que reduz o envolvimento e o peso financeiro da assistência para o Estado. Assim como, pode ser compreendida por uma visão progressista, em que atua como estratégia para criar mudanças na relação entre cidadãos e o Estado, por meio da ênfase em políticas públicas e ações intersetoriais, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população (CASTIEL, 2004; CZERESNIA, 2003).

Este estudo trabalhará com o norteador teórico da concepção progressista, entendendo que a saúde, e desta forma a sua promoção, encontram-se necessariamente relacionadas com a garantia de condições econômicas que possibilitem melhores condições de vida e trabalho, estruturadas em um esquema jurídico-político capaz de ressignificar a perpetuação das desigualdade na distribuição de bens e serviços da sociedade moderna (PAIM, 1987). Segundo Azevedo e Pelicioni (2016), a promoção da saúde será compreendida como uma “(...) visão de saúde que considera as diversas causas do binômio saúde-doença a partir de valores éticos de democratização, estímulo à participação popular, à equidade, às práticas intersetoriais e à promoção da sustentabilidade” (AZEVEDO E PELICIONI, 2016, p. 716).

Essa visão ampliada da Promoção da Saúde constitui-se como um dos principais modelos teórico-conceituais que subsidiam as políticas em saúde no mundo. É consolidada com referência em documentos publicados pela Organização Mundial da Saúde e resoluções retiradas de conferências internacionais, que historicamente propõe a construção conjunta entre os países de conceitos e estratégias que possam nortear o desenvolvimento de iniciativas em saúde pautadas em condições mais equânimes e aproximadas ao bem estar social (CARVALHO E GASTALDO, 2008; WHO, 1986).

A Carta de Ottawa (WHO, 1986), resultado da I Conferência Internacional de sobre Promoção da Saúde, realizada no Canadá, sugere como estratégias prioritárias para seu desenvolvimento a constituição de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes

sustentáveis, reorientação dos serviços de saúde, o desenvolvimento da capacidade dos sujeitos individuais e o fortalecimento das ações comunitárias. As necessidades e ações em saúde devem vincular-se, portanto, a uma perspectiva contextual, histórica, coletiva e ampla, a qual apresenta como requisitos essenciais a necessidade de maior justiça social, equidade, educação, saneamento, paz, acesso à alimentação, habitação e salários apropriados. No entanto, a implementação dessas práticas relaciona-se à importância em se atuar nos determinantes e causas de saúde, na consecução da participação social como instrumento de empoderamento e conquista de direitos, e na necessidade em realizar abordagens com vistas aos impactos e perspectivas relacionadas ao bem-estar coletivo (WHO, 1986; SÍCOLI E NASCIMENTO, 2003).

Neste sentido, a Organização Mundial da Saúde propõe que programas, políticas e atividades planejadas e executadas de acordo com a Promoção da Saúde devam orientar-se segundo os princípios de concepção holística, intersetorialidade, empoderamento, participação social, equidade, ações multi-estratégicas e sustentabilidade. O empoderamento e a participação social são destacados como princípios chave, ressaltando a efetivação da participação social como objetivo essencial da promoção de saúde (WHO, 1998; SÍCOLI E NASCIMENTO, 2003).

O empoderamento (*empowerment*) pode ser compreendido como o processo através do qual as pessoas e as comunidades adquirem maior controle sobre as decisões e ações que interferem em sua saúde e nos aspectos relacionados a sua própria existência. As estratégias de empoderamento são frequentemente associadas a iniciativas de educação para a cidadania, socialização de informações, envolvimento na tomada de decisões dentro de um processo de diagnóstico, do planejamento e de execução de projetos ou iniciativas sociais (MARTINS et al, 2009; GOHN, 2004).

O entendimento que orienta a proposta do empoderamento encontra-se alicerçado na noção do poder enquanto recurso, material e não-material, responsável por organizar a sociedade, pautando-se por princípios de dominação e distribuído de forma desigual. A estruturação do poder caracteriza-se por ser uma categoria conflitiva, na qual convivem dimensões produtivas (criativas e instituintes) e elementos de conservação do status quo, organizados por meio de diferentes grupos de interesses que possuem níveis distintos de poder e controle dos recursos. Estas características favorecem que os processos de empoderamento envolvam o enfrentamento de determinações macro e microsociais da iniquidade social,

expondo diferentes paradigmas da interpretação das relações existentes nos distintos níveis de poder (CARVALHO, 2004; CARVALHO E GASTALDO, 2008).

Observa-se que o empoderamento é um processo que ocorre sobre diferentes óticas, incidindo de maneira distinta e por vezes complementar entre indivíduos e coletividades. O empoderamento psicológico relaciona-se aos reflexos deste processo sobre o indivíduo, o qual desenvolve um sentimento de maior controle sobre a própria vida, um sentido de pertencimento a diferentes grupos. Verifica-se que o processo atua de maneira positiva sobre os indivíduos, ressignificando a imagem pessoal e desencadeando processos importantes relacionados à melhora da autoestima e autoajuda (CARVALHO, 2004; MARTINS et al, 2009).

No entanto, a prática do empoderamento psicológico não se encontra atrelada necessariamente ao desenvolvimento de atividades com reflexões coletivas, pois ao valorizar as atitudes próprias tende a uma perspectiva filosófica individualista, com vias a ignorar a influência dos fatores sociais e estruturais. Opera sob uma visão fragmentada da condição humana, relacionada ao descolamento da percepção do comportamento humano do contexto sociopolítico em que está inserido. Weissberg (apud CARVALHO, 2004) caracterizou esta perspectiva como sendo “senso de Empowerment”, traduzido pelo sentimento de poder que cria a ilusão de sua existência efetiva por parte dos indivíduos, desconsiderando o controle por políticas e práticas macrossociais. Este sentimento não reflete a capacidade verdadeira de influência na sociedade ou aumento do poder real; o que leva à personalização da política, a qual atua de forma a favorecer a manutenção do status quo e a despolitização do sujeito (CARVALHO, 2004).

O empoderamento comunitário (social, coletivo) diverge ao destacar a existência de fatores situados em distintas esferas da vida social. Observa a presença de microfatores encontráveis no plano individual, vinculados à auto percepção, autoconfiança e autoestima; na mesosfera social verifica a existência de estruturas de mediação, observadas na partilha de conhecimentos de um coletivo e na ampliação da consciência crítica; ao nível macro de fatores percebe a influência das estruturas sociais, como o Estado e a macroeconomia. Neste sentido, verifica-se que o poder convive a todo o momento e ao mesmo tempo sob o influxo dos micro e macrodeterminantes da vida em sociedade, não sendo possível destacar o processo de empoderamento das instâncias de funcionamento comunitário, como a intrapsíquica, a intersubjetiva, a familiar, a comunitária, a étnico-cultural, entre outras (CARVALHO E GASTALDO, 2008; MARTINS et al, 2009).

O empoderamento comunitário propõe, desta forma, a importância de buscar enfrentar as raízes das iniquidades sociais, extrapolando para o entendimento de que as macroestruturas condicionam e determinam o cotidiano dos indivíduos, estando necessariamente envolvidas com os processos de controle e dinamismo da sociedade. Inclui, portanto, o viés subjetivo do empoderamento psicológico e a realidade objetiva das condições estruturais presentes na sociedade e demanda, desta maneira, a relação dos determinismos sociais com a possibilidade de agenciamento humano, reconhecendo a dualidade do condicionamento entre as macroestruturas e a ação dos sujeitos individuais e coletivos. Estas características promovem o enriquecimento da criticidade dos indivíduos, agregando valores de solidariedade, justiça, liberdade, fraternidade, redistribuição de poderes e riquezas (CARVALHO, 2004; TESSER et al, 2011).

Em sua execução, o empoderamento comunitário conduz à legitimação e dá voz a grupos marginalizados e, ao mesmo tempo, remove barreiras que limitam a consecução de uma vida mais saudável para diferentes estilos de agrupamentos. Influencia processos que buscam promover a participação social com vistas ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, à eficácia política, a uma maior justiça social e à melhoria da qualidade de vida. Seu desenvolvimento estimula o aumento da capacidade dos indivíduos e coletivos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas por meio da aquisição de habilidades para responder aos desafios expostos na vida em sociedade (CARVALHO, 2004; CARVALHO E GASTALDO, 2008). Carvalho (2004) ressalta que o próprio exercício de repensar e reconfigurar o contexto social no qual vivem já garante consequências positivas para a saúde, podendo ser considerada como uma importante prática promotora de saúde. Consonante, Sousa Júnior (1987) expõe que a possibilidade de reconhecimento da força social a partir da própria força revigora a noção e o sentido da cidadania, vinculada a um entendimento de emancipação social do homem, da reconção do sujeito na esfera pública. A ação coletiva, neste sentido, tem o desafio de fazer emergir um sujeito coletivo ativo, autor de sua própria história e capaz de atuar na sociedade global ao lado dos outros.

A participação social surge, neste contexto, como o exercício de indivíduos e/ou coletividades da capacidade organizativa concreta, tendo em vista o controle das atividades públicas. Reflete a capacidade associativa dos indivíduos na produção, gestão e usufruto dos bens públicos, com base na reflexividade da ação social e construção da identidade coletiva (MARTINS et al, 2009; RIBEIRO et al, 2012). Martins e colaboradores (2009) sugerem ser

esta uma “(...) ativação da sociedade civil com a presença da população na arena política em defesa de seus interesses” (MARTINS et al, 2009, p. 683).

Dessa forma, a participação social é essencial ao empoderamento efetivo da população, pois atua por meio da cogestão social utilizando a negociação como instrumento de interação entre os atores sociais e demais estruturas (RIBEIRO et al, 2012; SILVA E PELICIONI, 2013). Segundo Silva e Pelicioni (2013), a participação social torna-se, portanto, “(...) um meio e um fim, à medida que favorece o estímulo a formas de relação baseadas na negociação e reciprocidade entre os diversos atores sociais.” (SILVA E PELICIONI, 2013, p. 566).

O exposto até aqui nos permite realizar uma aproximação das práticas de participação social e empoderamento comunitário com as práticas associativas, pois ao propor a reflexão e atuação de indivíduos e coletivos sobre seu contexto sociopolítico permitem que estes agrupamentos converjam suas ações na luta por uma sociedade mais democrática (CARVALHO E GASTALDO, 2008; LÜCHMANN, 2014; SOUZA, 2010). Nas palavras de Arouca (1987), “democracia é saúde”, por isso para além da proposição técnica de adequação dos índices epidemiológicos, provisão de insumos ou atendimento às demandas sanitárias, é necessário garantir que população tenha condições concretas de vida, que se tenha como prioridade da arena pública a questão social. Para isso, conforme contribuições de Verdi e Caponi (2005), é essencial compreender o caráter dinâmico da sociedade “ (...) como um espaço em permanente disputa de interesses políticos e desejos individuais e coletivos, que envolvem forças díspares, valores diversos e crenças divergentes.” (VERDI e CAPONI, 2005, p. 87), sendo necessário situar o debate das desigualdades em saúde (cujas raízes estão num conjunto de desigualdades de condições mínimas de vida, determinantes do desequilíbrio social e sanitário) no vértice da pirâmide de prioridades políticas.

Quando a ação coletiva é desenvolvida com pressupostos de processos sociais, políticos e de produção postulados em entendimentos de solidariedade, justiça social, liberdade e fraternidade, tem-se a substituição de relações sociais regulatórias por outras de caráter emancipatório, possibilitando reconhecer poderes, saberes e direitos e convergir ações locais na formação de coletivos mais amplos em direção a uma sociedade mais justa e democrática (FREITAS E PORTO, 2011). Dessa forma, conforme sugerem Mendes, Fernandez e Sacardo (2016), praticar a promoção da saúde por meio da ativação da ação coletiva significa “(...) construir ações, iniciativas, programas ou projetos que de fato resultem em fortalecimento dos sujeitos e das coletividades para ‘lutar contra a servidão.’” (MENDES, FERNANDEZ E SACARDO, 2016, p. 194), possibilitando a promoção da autonomia e ampliação do poder dos

atores locais e das instâncias locais de gestão, a fim de explorar as dinâmicas territoriais e fomentar o estabelecimento de redes de ação intersetorial que auxiliem a “(...) criar e recriar sentidos e significados acerca de nossas práticas e, sobretudo, dar espaço para as incertezas, para a experiência, para novos começos.” (MENDES, FERNANDEZ E SACARDO, 2016, p. 194).

Esta linha de pensamento nos leva a refletir sobre os espaços de desenvolvimento coletivo da agricultura urbana, compreendendo que, a depender da forma do direcionamento da ação coletiva estes podem ser locais de promoção da saúde, locais de encontro, trocas, questionamentos e mudança social. Uma vez que o desenvolvimento das práticas associativas à luz dos princípios da promoção da saúde, empoderamento comunitário e participação social, promovem o reconhecimento do caráter relacional do poder e da iniquidade da distribuição de recursos na sociedade, contribuindo para a repolitização do debate socio-sanitário e a constituição de propostas de mudanças do *status quo* (CARVALHO E GASTALDO, 2008; LÜCHMANN, 2014; SOUZA, 2010).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo possui caráter exploratório e natureza aplicada, ao qual foi empregada uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos utilizados, o método de pesquisa aplicado ao estudo foi a Observação Participante, a qual é definida como um estudo que "(...) se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas." (SILVA E MENEZES, 2005). Brandão e Borges (2007) avançam no entendimento desta temática observando que este tipo de abordagem é direcionada a "(...)unidades de ação social que atuam preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares", prevendo o "envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular.". Minayo (2014) corrobora com este entendimento ressaltando que "(...) a investigação participante inclui pessoas leigas, representativas de situações a serem transformadas, de forma orgânica à produção do conhecimento sobre tais situações, sem necessariamente estar vinculada a uma ação direta."

Brandão e Borges (2007) destacam ainda que explorações científicas desta natureza, de maneira geral, colocam face-a-face pessoas e agências sociais "eruditas" (como sociólogo, educador) e "populares" (líderes comunitários, agricultor, indígena), propiciando a interação e participação de atores sociais localizados de diferentes formas no contexto da ação. Esta condição atribui aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política. (BRANDÃO E BORGES, 2007).

4.1 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental e observação participante. A pesquisa documental foi realizada a fim de buscar informações e fatos sociais que auxiliem no detalhamento e compreensão das iniciativas, descrição de fenômenos sociais e o estabelecimento de características ou tendências (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Cellard (2008) destaca o potencial do uso de documentos em pesquisa pela sua capacidade de acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, favorecendo a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

Desta forma, neste estudo foram verificados os documentos e trabalhos já realizados sobre a Rede Semear, acessados em plataformas digitais, e foi utilizado um banco de dados de geomapeamento de células de produtoras e consumidoras de Florianópolis que vem sendo construído por uma parceria comunitária que envolve a Rede Semear, Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Florianópolis. Estes dados contribuíram para analisar a abrangência da proposta da agricultura urbana no município, permitindo identificar os formatos e principais iniciativas da produção e consumo de produtos agrícolas no município.

A observação participante aconteceu pela composição do espaço da Rede Semear, em que, conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2016), podemos compreender esta técnica de pesquisa como “(...) um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.” Assim, por meio da relação direta com os interlocutores no espaço social, é possível a participação da vida social, possibilitando vincular os fatos a suas representações e desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente (MINAYO (Org.), 2016). Nesta perspectiva, o observador passa a ser parte do contexto da observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (MINAYO, 2014).

A coleta de dados desta fase da pesquisa aconteceu por meio da gravação de voz das reuniões e espaços de participação. Este registro foi realizado com a utilização de um aparelho de Gravador Voz Digital Sony Px 240 – 4gb, o qual teve seus dados armazenados em arquivo digital para posterior transcrição e análise. De forma complementar também foi utilizado como instrumento de trabalho o diário de campo, o qual contou como ferramenta auxiliar para registro de informações que não fazem parte do material formal de registro e que possuem valor laboral essencial para interpretação e análise dos dados.

Os dados coletados encontram-se disponibilizados na íntegra em CD anexo a este trabalho.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados foi orientada pelo Método de Interpretação dos Sentidos proposto por Gomes, Souza, Minayo e Silva (2005), o qual consiste em uma perspectiva analítica que busca compreender o objeto a partir das “palavras, ações, conjunto de inter-relações, grupos, instituições, conjunturas, dentre outros corpos analíticos”. A fundamentação

deste tipo de abordagem analítica orienta-se segundo duas concepções: a teoria da interpretação da cultura sistematizada, de Clifford Geertz (1989), e no diálogo entre a hermenêutica e a dialética. A primeira entende que as estruturas e significados que compõe a sociedade são socialmente estabelecidas pelo homem, observando que:

(...) a cultura são essas intrincadas teias e sua interpretação pelos que a vivem e ao mesmo tempo produzem estruturas de significados socialmente estabelecidos. A interpretação seria, portanto, a compreensão dessas estruturas, dentro da sua base social e material. A dialética entre as interpretações e reinterpretações dos diferentes atores sociais que interagem dentro das condições objetivas em determinado espaço e tempo é a contextualização (GOMES et al, 2005, p. 203-204).

Neste sentido, a hermenêutica-dialética contribui para a interpretação dos sentidos a medida que, segundo Stein (1987, apud MINAYO, 2014), possibilita a condução de um processo compreensivo e crítico da realidade social, por meio da reflexão aprofundada na práxis. Minayo (2014) ressalta que a hermenêutica possibilita ao autor a busca de consensos e da compreensão na história, tradição e linguagem, enquanto o método dialético introduz na reflexão da realidade o princípio do conflito e da contradição numa perspectiva permanente e responsável pela transformação dos processos. Gadamer (1997) enfatiza que na construção hermenêutica o presente e os interesses devem direcionar o investigador, pois o contexto e seus questionamentos é que evidenciam o objeto de pesquisa. Propõe ainda que o autor busque no passado e nas tradições as lacunas a serem estudadas, pois é na fusão do passado e do presente que emerge o objeto de estudo.

Dessa forma, a interpretação dos dados coletados por meio da observação participante e a da análise documental na perspectiva do método de interpretação dos sentidos, possibilita compreender a teia de valoração e significação entorno da Rede Semear, entender a composição e função social da proposta e de seus membros e realizar o paralelo entre passado e presente, os quais endossados pela busca de referências na literatura de interesse promovem o engrandecimento e análise mais aprofundada da dinâmica social implicada neste processo. Segundo Gomes et al (2005), corroborado por Minayo (2016), a trajetória analítico-interpretativa desta proposta metodológica organiza-se em três grandes pontos:

- a) Leitura compreensiva do material analisado: Esta etapa consiste na leitura e categorização do material analisado, tendo em vista entender a completude e

particularidades que o compõe. Neste momento, propõe-se a montagem de uma estrutura de análise que permita sucessivas categorizações e distribuição das unidades que compõe o material, são exemplos a distinção conforme gênero (homens e mulheres), vínculo de participação (representantes de organizações, representantes do poder público, agricultores, estudantes, ...), assiduidade (primeiro contato com a rede, participação contínua, participação esporádica), entre outros.

- b) Exploração do material: Extrapolação dos sentidos, consiste no esforço de trabalhar os dados na “direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado”, buscando as ideias que estão por trás dos textos. Considera-se esta como a etapa de construção de inferências, a qual organiza-se da seguinte forma: 1 – identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas no texto; 2 – busca de sentidos mais amplos (socioculturais) atribuídos a ideia; 3 – Diálogo entre as ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos acerca do assunto e o referencial teórico do estudo.
- c) Elaboração da síntese interpretativa – Busca de consensos entre as categorias trabalhadas, a qual consiste em analisar o material decomposto pelas etapas anteriores nos sentidos mais amplos que traduzem a lógica do conjunto do material. Ou seja, trabalhar a inter-relação das categorias buscando consensos e contrapontos que permitam a compreensão do objeto analisado, considerando a fundamentação teórica e contextual implicada e os objetivos e pressupostos do estudo proposto.

Na apresentação dos resultados os nomes dos entrevistados foram preservados, salvaguardando sua identidade. Para isso foram utilizados nomes de plantas características da flora da mata atlântica, constantes na região de Florianópolis.

5 RESULTADOS

De acordo com o regimento do PPGSC em vigor, os resultados serão apresentados na forma de um artigo.

5.1 OS SENTIDOS DO ALIMENTAR-SE – Estudo sobre a conotação do alimento produzido pela agricultura no interior da cidade.

RESUMO

Em vista aos desafios do mundo moderno, a alimentação das coletividades tem sido questionada quanto a sua forma de produção e consumo. O sistema de abastecimento agroalimentar globalizado é permeado por princípios de exclusão social, verificado junto aos condicionantes de acesso que estruturam a percepção mercadológica dos produtos alimentares. Em análise sobre cadeias alternativas de produção e consumo de alimentos nas cidades, o presente estudo propôs a verificação da valoração do alimento existente na organização da rede de agricultores urbanos de Florianópolis, expondo as percepções observadas segundo as categorias de Alimento Biológico, Coletivo e Social. Conclui-se neste artigo que a agricultura urbana desenvolvida de forma agroecológica e coletiva contribui para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, além de compreender-se como importante instrumento social para o empoderamento comunitário e participação social.

ABSTRACT

Because of the challenges of the modern world, the feeding of collectivities has been questioned as to their form of production and consumption. The globalized agri-food supply system is permeated by the principles of social exclusion, verified along with the access constraints that structure the market perception of food products. In an analysis of alternative food production and consumption chains in the cities, the present study proposed to verify the valuation of the existing food in the Florianópolis urban farmers network organization, exposing the perceptions observed according to the categories of Organic, Collective and Social Food. It is concluded in this article that urban agriculture developed in an agroecological and collective way contributes to the guarantee of Food and Nutritional Security and the Human Right to Adequate Food,

besides being understood as an important social instrument for community empowerment and social participation.

1. INTRODUÇÃO

A fome e a má nutrição compreendem-se como um dos principais desafios da humanidade. Segundo dados do Relatório “El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo” (FAO et al, 2019), globalmente o número de pessoas que passam fome subiu de 815 milhões de indivíduos, em 2016, para mais de 821 milhões em 2018, registrando-se que aproximadamente 1 em cada 9 pessoas estavam desnutridas¹⁰ no ano de 2018. A América Latina e o Caribe acompanharam a tendência mundial, em 2018 a região apresentou 42,5 milhões de pessoas vivendo subalimentadas, valor que representa um crescimento de 800 mil em relação ao ano anterior. Estes dados são especialmente alarmantes devido a inversão histórica observada globalmente desde 2015, em que após décadas de redução dos quantitativos mundiais de famintos, os índices voltaram a aumentar. Observa-se que, mesmo que a prevalência de pessoas subalimentadas no mundo tenha se mantido equilibrada a partir de 2015, flutuando entre 10,6% em 2015 e 10,8% em 2018, o volume de pessoas em situação de fome segue aumentando lentamente (FAO et al, 2019; FAO e OPAS, 2017A).

Outro parâmetro para acompanhamento do estado nutricional das populações é a avaliação da Escala de Experiência da Insegurança Alimentar (iSAN) (FIES - FAO, 2015), responsável por quantificar na população de forma gradual (leve, moderada e grave) a existência e frequência de situações de medo da fome, dificuldade de acesso ou falta de alimentos. Os dados atualizados deste indicador trazem à luz a realidade de que no ano de 2018, 9,2% da população mundial (704,3 milhões de pessoas) vivenciou situações de fome em razão da escassez de alimentos (Insegurança Alimentar Grave), contrapondo aos valores de 7,7% (562,8 milhões de pessoas) observados em 2015 (FAO et al, 2019). Em consonância, a América Latina apontou um crescimento de 43,94% no número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, passando 38,0 de milhões de pessoas (6,5% da população) em 2015 para 54,7 milhões (9%) em 2018 (FAO et al, 2019).

O Brasil registra um cenário diferenciado das estimativas macrorregionais, observando que entre os anos de 2004 a 2006 o percentual de pessoas subalimentadas era de 4,5%, o qual reduziu para 2,5% entre os anos de 2015-2018. Tal condição não exclui o país do cenário

¹⁰ Condição em que o consumo habitual de alimentos é insuficiente para proporcionar quantidade de energia necessária para levar uma vida normal, ativa e saudável (FAO et al, 2018).

mundial de dificuldades na relação disponibilidade X acesso X consumo de alimentos, mas aponta índices que podem estar alicerçados no resultado de políticas públicas sociais e no aumento da qualidade de vida dos brasileiros, embora imbricados em fatores relacionados ao fenômeno mundial da transição nutricional¹¹ (FAO et al, 2019). As informações disponíveis nas bases governamentais e em estudos científicos não possibilitaram o aprofundamento do quantitativo de pessoas em situação de desnutrição em Florianópolis, no entanto Corso et al (2003), em estudo realizado com crianças menores de 6 anos de idade residentes na mesma localidade, verificou que 1,9% da amostra avaliada apresentava desnutrição, o que corrobora o panorama brasileiro.

Com relação a mensuração dos níveis de iSAN, no Brasil esta verificação ocorre por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é instrumento adaptado da proposta FIES (FAO, 2015), na qual a iSAN dos domicílios é classificada também em três níveis (leve, moderada e grave). Utilizando esta metodologia, em 2013 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – IBGE, 2014) pode verificar que 14,7 milhões de residências brasileiras (22,6% - cerca de 52,0 milhões de pessoas) se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), sendo que 3,2% dos lares avaliados (equivalente a 10,3 milhões de pessoas) possuíam IA grave (IBGE, 2014, p. 33). A pesquisa observou ainda que em 4,6% dos domicílios (aproximadamente 10,3 milhões de pessoas) conviviam com a limitação de acesso quantitativo aos alimentos (IA moderada) (IBGE, 2014, p. 34). Destaca-se que não foram encontrados estudos populacionais que trabalhem a realidade de Florianópolis nos padrões analisados.

A má nutrição estende-se para além das mensurações de fome devido ao fato de ademais da privação de alimentos relacionar-se com a qualidade do alimento consumido. Coexistem no mundo a fome, desnutrição, deficiências de micronutrientes, sobrepeso e obesidade, todas alicerçadas na falta de acesso a uma alimentação saudável que forneça a quantidade de nutrientes necessários para levar uma vida saudável e ativa. A mudança do conteúdo das refeições relaciona-se com alterações demográficas, sociais e econômicas, como o padrão de vida urbano e as condições físicas e financeiras de acesso a alimentos saudáveis, condicionantes estes do fenômeno mundial da transição nutricional que registram impactos nos níveis de sobrepeso e obesidade da população desde 1975. Segundo a FAO, estima-se que a obesidade e

¹¹Mudanças nos padrões alimentares da população em consequência de modificações na sua dieta. Estas alterações são resultado de mudanças sociais, econômicas e influência da mídia, expondo a obesidade como um fenômeno de incidência em ascensão em diferentes países e contextos sociais (MONTEIRO, 1995).

outras formas de desnutrição já afetem uma em cada três pessoas no mundo, podendo chegar em uma a cada duas em 2025. (FAO et al, 2018; FAO e OPAS, 2017A).

O alimento é a base de subsistência humana, a partir da assimilação física de nutrientes, orientada por mecanismos bioquímicos subjacentes à nutrição e às competências do sistema digestivo, que se tem manutenção dos sistemas corpóreos. No entanto, a propriedade da escolha do alimento refere-se a um espaço de liberdade explorado pelos condicionantes culturais e que constitui parte importante para a socialização dos corpos e para a construção das organizações sociais. Simultaneamente atuam nesta zona de escolha condicionantes relacionados à constituição biológica do homem e à composição ecológica do biótipo em que está instalado (determinantes econômicos, sociais e de acesso, tipificação, valor cultural, significação) (MAUSS, 1980; POULAIN E PROENÇA, 2003).

O processo de cultivo de alimentos foi desenvolvido como atividade laboral no decorrer da formação das sociedades. Com a constituição do Estado, a atividade de produção de alimentos ultrapassa a compreensão do consumo individual ou comunitário, permitindo o estabelecimento de relações políticas e econômicas concernentes ao gerenciamento produtivo e vinculadas a instituição do mercado. O ordenamento das lógicas agroalimentares perpassa a estruturação socioeconômica das sociedades, moldam e são moldadas pela dinâmica de acumulação específica de cada momento histórico, permitindo a compreensão de que sistema de produção e consumo de alimentos e a história do capital são mutuamente condicionantes. Dessa forma, globalmente são organizadas estruturas regulamentadas de produção e consumo de alimentos, que refletem a luta e negociação social e institucional do abastecimento alimentar e o do exercício do poder implicado nestes processos (MCMICHAEL, 2016; WILKINSON, 2002; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016).

A forma de plantar, estocar e distribuir alimentos guarda relação direta com os interesses do padrão produtivo. A produção de alimentos dentro do padrão moderno de agricultura e mercado em países subdesenvolvidos remete a um modelo agrícola industrial baseado no latifúndio e na produção de alimentos focada em monoculturas, em processos automatizados e com a utilização de agroquímicos, fundamentando um compromisso eficiente com a lógica de mercado global, vinculado a um sistema de exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados (ABRANDH, 2013; MACHADO, OLIVEIRA E MENDES, 2016; WILKINSON, 2002). Em última instância, as inflexões do ordenamento agroalimentar relacionam-se à determinação do padrão produtivo junto aos agricultores, os quais têm sua produção submetida ao consumo do mercado, como também ao consumidores, que têm o acesso

aos alimentos vinculado ao poder de compra, direcionando, desta forma, o padrão nutricional ao qual se terá direito (ANDERSON, 1995; CAPORAL, 2009; FUHRMANN, 2004; RIBEIRO et al, 2012; SANTOS, 2013).

Neste contexto, o processo de reaproximação da produção e do consumo pode possibilitar a ressignificação do alimento, mediante o estabelecimento de cadeias alimentares localizadas e pautadas em novas concepções que permitam a valorização das práticas de produção, o envolvimento do consumidor com as características do lugar e local produzido, os valores e pessoas envolvidas e os métodos empregados. Segundo estudos recentes, a caracterização dos processos produtivos em cadeias curtas proporciona o pertencimento do processo de cultivo de alimentos daqueles que produzem, dos que consomem e também dos produtores-consumidores, operacionalizando um sistema diferenciado de valoração do alimento, o que permite sua contraposição à conotação objetificada do mercado. São exemplos de iniciativas de cadeias curtas as feiras de produtores, cooperativas de agricultores, redes associativas de produção de alimentos e as hortas comunitárias (TRICHES e SCHNEIDER, 2015).

Este estudo propõe a análise da compreensão do alimento nas cadeias curtas de produção na forma de redes associativas, as quais se caracterizam pelo agrupamento comunitário de pessoas sobre uma proposta de produção diferenciada de alimentos. De maneira geral, o trabalho em redes gera um sentimento de compartilhamento e pertencimento, possibilitando o estabelecimento de uma identidade cultural comunal, a qual possui inflexões sobre a forma de ver e se relacionar com o cotidiano. Aliado a isso a reflexão sobre formas alternativas de produzir alimentos possibilita construir vínculos diferenciados com o acesso e consumo de alimentos de qualidade e de forma permanente, assim como possibilita a formação de uma nova relação com a terra e o alimento (CASTELLS E CARDOSO, 2005; CARVALHO, 2013).

A abrangência deste estudo envolve o município de Florianópolis, como forma de analisar a produção de alimentos relacionada à Agricultura Urbana (AU)¹². O desenvolvimento da agricultura nas cidades apresenta um caráter multifuncional e de grande importância para o

¹² “ (...) toda a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas, da pesca e pecuários voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais, praticados nos espaços intraurbanos ou periurbanos e não urbanos, estando vinculados às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Deve pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos, promovendo a gestão social e ambiental das cidades, contribuindo para melhoria de vida da população e para sustentabilidade das cidades.” (SANTANDREU e LOVO, 2007, p.11).

estabelecimento de sistemas alimentares sustentáveis, é caracterizada pela “produção, agroextrativismo e coleta de produtos agropecuários”, vinculados ao “dinamismo urbano e articulados com a gestão territorial e ambiental das cidades”. (SANTANDREU e LOVO, 2007, p.11). A cidade de Florianópolis caracteriza-se pelo desenvolvimento da AU em diferentes contextos, possuindo iniciativas relacionadas a agrupamentos comunitários, espaços institucionais (escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, projetos municipais, Centros de Saúde - CS), grupos privados e propostas individuais. Possui como referência a Rede Semear¹³ que se constitui como uma rede associativa que objetiva “(...) ampliar, fortalecer e consolidar as diversas formas de se fazer agricultura no interior das cidades, construindo um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático que garanta o direito à terra e à alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes” (REDE SEMEAR, 2016, p. 2).

Diante deste contexto, este estudo investiga o potencial das cadeias curtas de produção e consumo na compreensão ampliada alimento, enquanto estruturante da sociedade e elemento determinante na sociabilidade humana. Diversos questionamentos derivam desta relação: a aproximação dos processos produtivos guarda outra forma de compreender o alimento? quais os principais repertórios de ação coletiva da produção coletiva de alimentos presentes na Rede Semear? O que caracteriza sua ação enquanto coletivo? Qual a implicação deste fazer associativo na esfera pública?

2. MÉTODO

O estudo possui caráter exploratório e natureza aplicada, ao qual foi empregada uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos utilizados, a coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental e observação participante. A pesquisa documental foi realizada a fim de buscar informações e fatos sociais que auxiliassem no detalhamento e compreensão das iniciativas, descrição de fatos sociais e o estabelecimento de características ou tendências (GERHARDT & SILVEIRA, 2009). Foram verificados os documentos e trabalhos já realizados sobre a Rede Semear, acessados em plataformas digitais, assim como, foi utilizado um banco

¹³ Fundada em 2016, caracteriza-se por ser uma rede temática relacionada ao desenvolvimento da agricultura urbana e agroecológica no município de Florianópolis/SC. Promove encontros periódicos para estudo e organização de ações coletivas relacionadas à produção de alimentos no espaço urbano, ocupação produtiva de áreas abandonadas, troca de saberes técnicos relacionados ao cultivo de alimentos e aprofundamento de temas como o Direto à Cidade e normatizações legais que circundam a temática. Reúne produtores urbanos, organizações governamentais (municipais, estaduais e da união), ONGs, empresas, estudantes e demais atores aproximados ao tema (REDE SEMEAR, 2016).

de dados de geomapeamento de células de produtoras e consumidoras de Florianópolis que vem sendo construído por uma parceria comunitária que envolve a Rede Semear, Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Florianópolis. Estes dados contribuíram para analisar a abrangência da proposta da AU no município, permitindo identificar os formatos e principais iniciativas da produção e consumo de produtos agrícolas.

A observação participante aconteceu pela composição do espaço da Rede Semear, em que por meio da relação direta com os interlocutores no espaço social tornou-se possível a participação da vida social, possibilitando “vincular os fatos a suas representações e desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente” (MINAYO (Org.), 2016). Nesta proposta, o “observador passa a ser parte do contexto da observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto” (MINAYO, 2014). A coleta de dados desta fase da pesquisa aconteceu por meio da gravação de voz das reuniões e espaços de participação durante o período de abril de 2018 a junho de 2019. Este registro foi realizado com a utilização de um aparelho de Gravador Voz Digital Sony Px 240 – 4gb, o qual teve seus dados armazenados em arquivo digital, com posterior transcrição e análise. De forma complementar também foi utilizado como instrumento de trabalho o diário de campo, o qual caracterizou-se como ferramenta auxiliar para registro de informações que não fazem parte do material formal de registro e que possuem valor laboral essencial para interpretação e análise dos dados.

A análise dos dados coletados foi orientada pelo Método de Interpretação dos Sentidos proposto por Gomes, Souza, Minayo e Silva (2005), o qual consiste em uma perspectiva analítica que busca compreender o objeto a partir das “palavras, ações, conjunto de inter-relações, grupos, instituições, conjunturas, dentre outros corpos analíticos”. A fundamentação deste tipo de abordagem analítica orienta-se segundo duas concepções: a teoria da interpretação da cultura sistematizada, de Clifford Geertz (1989), e no diálogo entre a hermenêutica e a dialética. A trajetória analítico-interpretativa desta proposta metodológica organizou-se pela: 1) Leitura do material analisado; 2) Exploração do material e 3) Elaboração da síntese interpretativa (Gomes et al, 2005; Minayo (Org.), 2016).

3. RESULTADOS

A Rede Semear é uma rede heterogênea, na qual sua composição é marcada por agricultores urbanos, representações públicas municipais e estaduais relacionadas às áreas de

saúde, meio ambiente e infraestrutura, ativistas da AU, agroecológica e orgânica, organizações não governamentais (ONG's), associações de moradores, professores, artistas, estudantes, movimentos sociais organizados de diferentes áreas e simpatizantes do tema. Por ser uma rede bastante nova apresenta considerável fluidez em seu formato organizativo, propondo encontros mensais para estudo e contextualização do desenvolvimento da AU no município, conhecimento das propostas existentes e organização de ações conjuntas em pautas do interesse coletivo.

Esta forma organizativa caracteriza-se pelo potencial de coordenação e articulação de ações para fortalecimento de pautas de interesse comum com vias a representação perante ao poder público e a outros atores políticos, econômicos e inclusive civis. Segundo Gurza Lavallo et al (2006), a organização social por redes temáticas comumente é constituída por diversos tipos de associações civis e caracteriza-se por possuir alto nível de representatividade e capacidade de capilarização, configurando-se como “articuladora” do cenário da ação coletiva. Observou-se que o funcionamento da Rede Semear aproxima-se desta conceituação e apresenta centralidade da condução de suas atividades, reafirmando a proposta de Gurza Lavallo et al (2007), em que, embora este tipo associativo destaque-se pela latente acessibilidade à organizações territoriais de base, o direcionamento destes espaços guarda relação direta com a projeção de atores com maior peso na disputa da ação coletiva (atores centrais como ONGs, Movimentos Sociais Organizados ou mesmo representantes do poder público) perante o Estado e os próprios atores sociais, terminando por compreender-se também como espaço de disputa de poder.

Devido a esta condição, tornou-se possível identificar que existem diferentes repertórios da ação coletiva na Rede, os quais relacionam-se estreitamente com a forma de organização e conduta cultivadas em seu tipo associativo. Dessa forma, embora sejam observadas diferentes intencionalidades entre os agrupamentos-parte, a Rede Semear termina por configurar-se como o ponto de encontro da diversidade dos fazeres da AU no município e é responsável por reverberar os entendimentos da ação coletiva acordados neste espaço.

A temática da produção de alimentos e a organização em redes associativas serão apresentadas no presente artigo em três categorias, que emergiram da pesquisa de campo, a partir do olhar da pesquisadora: 1) Alimento Biológico – As relações no acesso, disponibilidade e qualidade dos alimentos produzidos; 2) Alimento Coletivo – Os sentidos cultivados na produção compartilhada e colegiada de alimentos; 3) Alimento Social – A prática democrática do alimentar-se.

Essa construção de três categorias presta contas com todo o processo de interação com os atores da pesquisa de campo e, propõe uma separação didática de aspectos que unem os olhares dos agricultores urbanos e envolvidos com a rede semear considerando a sociabilidade implícita a estas pessoas a partir de seus posicionamentos políticos. Importante salientar que a divisão apresentada no presente artigo justifica-se pela necessidade de análise do fenômeno social que se organiza em torno do alimento, sendo resguardada a compreensão da complexidade que envolve o alimentar-se no contexto social, em que suas facetas biológica, ambiental, política, social e cultural se conectam em uma trama de relações de impossível separação.

A categoria “Alimento Biológico” trata de reflexões acerca do condicionante físico do alimento, abordando a compreensão dos participantes em temas como acessibilidade¹⁴ e disponibilidade¹⁵ de alimentos, adequação¹⁶ da alimentação à dieta e à cultura local. Esta categoria é responsável por explorar o significado biológico deste alimento para os participantes, buscando observar a visão dos responsáveis pelo cultivo e/ou consumidores sobre o alimento produzido de forma coletiva em iniciativas urbanas caracterizadas como cadeias curtas de consumo. O aprofundamento na categoria “Alimento Coletivo” propõe a exploração dos sentidos que movimentam o cultivo coletivo e colegiado de alimentos, a motivação do fazer coletivo envolvido na produção e compartilhamento de alimentos. Foram trabalhadas nesta seção as intencionalidades envolvidas na prática da AU local, especialmente relacionadas à participação social, empoderamento individual¹⁷ e comunitário¹⁸. A terceira categoria, “Alimento Social”, aborda o potencial democrático que envolve a produção e consumo de alimentos, no sentido de discutir o alimento enquanto elemento na sociedade. Na perspectiva

¹⁴ “(...)o alimento deve estar fisicamente acessível de forma permanente, regular e socialmente justa a todas as pessoas, e deve ser economicamente acessível, sem comprometer outras necessidades básicas.” (FERRAZ, 2017, p.98)

¹⁵ “(...) existência de alimento suficiente no mercado para suprir as demandas.” (FERRAZ, 2017, p.98)

¹⁶ “O alimento deve satisfazer as necessidades nutricionais de cada indivíduo, deve ser seguro para o consumo humano, isento de substâncias adversas, culturalmente aceitável; deve permitir o gozo de outros direitos humanos; e respeitar o acesso a informação.” (FERRAZ, 2017, p.98)

¹⁷ Refere-se aos reflexos da ação sobre o indivíduo, relacionados à melhora da autoestima e autoajuda por meio do sentimento de maior controle sobre a própria vida, sentido de pertencimento a diferentes grupos, ressignificação a imagem pessoal (CARVALHO, 2004).

¹⁸ Relaciona-se também com a autopercepção, autoconfiança e autoestima, mas extrapola ao estender seu olhar sobre estruturas para além do plano individual vinculadas a partilha de conhecimentos, ampliação da consciência crítica, influências das estruturas sociais, como Estado e macroeconomia, na vida em sociedade (CARVALHO, 2004).

do associativismo civil, o alimento é trabalhado em sua competência política, relacionando-se aos direitos humanos, à luta pela terra, pela cidade e pela soberania alimentar¹⁹.

Alimento Biológico

Escolhas alimentares são processos complexos, influenciados por fatores biológicos, sociais, econômicos e culturais. Segundo Borges et al (2015), a dieta brasileira caracteriza-se pelo consumo aumentado para os grupos alimentares de feijões; carnes e ovos; óleos, gorduras e sementes oleaginosas; açúcares e doces, quando comparados aos valores preconizados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira - versão 2006. Ainda, observa-se que frutas e sucos de frutas; leites e derivados; legumes e verduras possuem ingestão abaixo das recomendações expressas no Guia, compondo uma dieta de alta densidade calórica e monótona na diversidade de alimentos consumidos. Aliado a isso, observa-se o decréscimo do consumo de produtos *in natura* ou minimamente processados e a maior inclusão de alimentos ultraprocessados na rotina alimentar dos brasileiros, o que vem registrando alterações no perfil nutricional da dieta, tais como a maior ingestão de açúcar livre, gordura saturada e *trans*, e redução do consumo de fibras e proteínas. Esta condição desbalanceada da dieta brasileira contribui para o estado de má nutrição verificado junto à população, característico do processo de transição nutricional (SANTANA & SARTI, 2019).

Na reunião da Rede Semear realizada em uma associação comunitária no norte da ilha, esteve presente esta preocupação junto aos participantes, os quais traziam anseios relacionados às escolhas alimentares disponíveis e os padrões de consumo na comunidade. Referiram ser muito difícil sair da “dieta do supermercado”, pois os alimentos que são ofertados nestes lugares são sempre os mesmos, não existe diversidade. Apontam que esta condição interfere no ato de escolha dos consumidores, que, por não terem alternativas terminam comendo sempre os mesmo produtos e da mesma forma. Desta reunião, extraiu-se uma fala que descreve a percepção do grupo sobre a relação das pessoas como o alimento, para qual a AU é observada como um fator de aprimoramento da dieta.

“Quando pensamos em diversidade de alimentos é importante falar sobre os maus hábitos que a gente adquiriu, sempre comemos as mesmas coisas que a

¹⁹ “A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentarias, por cima das exigências dos mercados e das empresas.” DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI (2007), p.1

indústria alimentícia diz que devemos comer. Por exemplo, por alguma razão a gente se acostumou a usar muito a batata inglesa e acaba não olhando para outras batatas. Essa é uma das funções da agricultura urbana, resgatar estes outros alimentos que estão esquecidos. É mostrar para a sociedade que eu não tenho que comer só a batata inglesa, que eu posso ter outras batatas, outras fontes, outros alimentos que são tão nutritivos quanto, que são gostosos e que não levam tanto veneno.” Aroeira, Adulta, Agricultora Urbana

Percebe-se a partir desta fala que a AU configura-se como alternativa para a diversidade e qualidade do consumo de alimentos, possuindo relação direta com a disponibilidade de alimentos diferenciados e “mais saudáveis”. A possibilidade de plantar o próprio alimento, guarda uma relação maior que a facilidade na disponibilidade e acesso, vincula-se também à troca de saberes acerca de alimentos não convencionais, conhecimentos relacionados ao uso, benefícios e cuidados necessários, assim como a formas diferenciadas de preparo e consumo. A construção de relações alternativas no entendimento do alimento pareceu possuir interferência no padrão de consumo junto aos participantes.

Importante observar que o conjunto de alimentos produzidos no país apresenta riscos e prejuízos relevantes no que se refere à saúde e qualidade, especialmente relacionados à redução no teor de nutrientes e à contaminação por agrotóxicos (BEZERRA & SCHNEIDER, 2012). Dados constantes no Dossiê ABRASCO informam que, segundo análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos realizada pela ANVISA em 2011, 63% das amostras verificadas estavam contaminadas por agrotóxicos, sendo que 28% apresentaram ingredientes ativos não autorizados para aquele cultivo e/ou ultrapassaram os limites máximos de resíduos considerados aceitáveis (CARNEIRO et al (Org.), 2015).

Na pesquisa documental realizada, assim como no acompanhamento dos espaços da Rede Semear, pode-se perceber a prática da agricultura orgânica e agroecológica como princípio associativo, em que a totalidade dos agrupamentos-parte garantem a produção de insumos cultivados de forma sustentável e livres de agrotóxicos. Dessa forma, a produção de base agroecológica e orgânica nas cidades configura-se como fator promotor para disponibilidade e acesso a alimentos seguros e de qualidade para a população, contribuindo para a maior diversidade de produtos e cultivo dos saberes populares. Giordani, Bezerra e Anjos (2017) relacionam a produção agroecológica a diferentes redes de sentido, como a vinculação com o espaço e a compreensão ampliada de saúde. Observou-se que na Rede são produzidos diferentes significados e o alimento é assimilado como “comida de verdade”, extrapolando sua “função biológica e nutricional”.

Esta proposta, no entanto, apresenta limitações quanto a sua abrangência e potencial de transformação do contexto atual, pois configura-se como iniciativa pontual no sistema de abastecimento alimentar, como no caso da Rede Semear em Florianópolis. É notório que o grande volume do fornecimento alimentar é estruturado em um setor produtivo orientado para a obtenção do lucro, que em seu ordenamento envolve a exploração da força de trabalho, esgotamento de recursos naturais, centralização produtiva, uso desregulado de agrotóxicos (BEZERRA & SCHNEIDER, 2012). A prática de cultivo desenvolvida na Rede Semear se diferencia do direcionamento hegemônico por estar ancorada em princípios de identidade cultural e sustentabilidade, embora alguns agrupamentos comercializem excedentes ou produtos da AU, a orientação é a prática do respeito aos saberes populares e aos recursos naturais, baseados em um sistema de valoração e logística aproximado à economia solidária²⁰.

Em uma reunião da Rede Semear, ocorrida na horta comunitária de uma associação de bairro no sul de Florianópolis, o olhar diferenciado sobre o cultivo e distribuição de alimentos ficou evidente em uma das falas que versava sobre o significado de trabalhar naquele espaço. No trecho destacado a seguir, observa-se que princípios organizativos coletivos e forma de cultivo alinhada com a agroecologia e produção orgânica são parte da identidade do grupo, refletindo elementos de historicidade e funcionamento da comunidade.

“Produzimos sementes e mudas ou buscamos de fora, porque assim conseguimos baixar o custo e garantir que o alimento é orgânico. Nada do que entra aqui é híbrido, cada semente tem uma história, uma relação, uma visita. Existe uma preocupação nossa em preservar a nossa história, a história do nativo, de como ele veio parar aqui, suas raízes, o engenho de farinha, o gado, galinha. Não adianta plantar só pra ganhar dinheiro, como muita gente faz por aí, porque se não cuidar da terra e da nossa gente tudo se vai: a terra se esgota e o povo não sabe mais nem o que é ou não comida, tudo se torna um vazio.” Garapuvu, Idoso, Agricultor Urbano.

O resgate de saberes populares e a manutenção da história local são fortemente presentes no discurso, percebe-se que existe um cuidado para que o alimento não se descaracterize, não perca a singularidade que o guarda naquele espaço. Esta preocupação relaciona-se com o processo de esvaziamento semântico do alimento moderno, em que, em uma perspectiva higienista e neutralizadora, afasta a produção do consumo, criando grandes vazios entre a vida urbana e a ruralidade. Outro ponto de destaque presente na fala é a compreensão de que a intencionalidade da produção possui relação com o cuidado das pessoas e dos recursos

²⁰ “(...) modelo alternativo de produção e comercialização justa e sustentável visando a melhoria nas condições de vida, com fortalecimento e valorização da cultura local, respeitando a diversidade, o meio ambiente, além dos aspectos políticos, sociais e econômicos.” FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2012)

ambientais, em que o cultivo voltado para a lucratividade não respeita os espaços, as pessoas e a temporalidade. Em sua ansiedade pela potencialização dos rendimentos, padroniza os insumos, aumenta os estoques e esvazia os sentidos, tornando o produto final globalmente adaptado.

A capilaridade desse entendimento adentra os campos, voltando a produção para o desenvolvimento tecnicista, em larga escala, fundamentado no atendimento às necessidades do mercado e na lucratividade. O mercado agroalimentar direciona os celeiros produtivos nacionais, no ano de 2017 as culturas de soja, cana-de-açúcar, milho, café, algodão herbáceo, mandioca, laranja, arroz, banana e fumo representaram 85,6% de todo o valor da produção no Brasil (IBGE, 2019). No entanto, estima-se que 70% dos alimentos comercializados no mercado interno sejam de origem da agricultura familiar (ABRANDH, 2013), responsável pela produção de 22,8% do valor gerado (IBGE, 2019).

Segundo Vasconcelos (2008), o estado nutricional é a manifestação biológica do complexo de processos que operam sobre um corpo social, configurando-se como síntese orgânica das relações entre homem, natureza e alimento estabelecidas nas dinâmicas da sociedade. Desta forma, para que a alimentação seja compreendida como direito e que sejam assegurados o “(...) acesso regular e permanente a alimentos, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” (BRASIL, 2006, p.1), conforme expresso no entendimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é necessário o comprometimento público por meio de políticas que regulem a capilaridade do sistema agroalimentar e encontrem-se alinhadas com a soberania alimentar.

A compreensão do alimento em seu sentido biológico esteve presente em todos os espaços de acompanhamento da Rede Semear, sendo consenso entre os participantes o entendimento da necessidade da produção urbana como alternativa para o acesso permanente de alimentos em quantidade e qualidade. Os participantes referiram que este tipo de produção não se justifica devido à indisponibilidade de alimentos junto ao mercado, mas principalmente pela acessibilidade aos produtos de forma suficiente, economicamente justa e pautada pela qualidade do alimento. Esta condição é trabalhada junto aos agrupamentos de agricultores enquanto significação do trabalho desenvolvido, razão esta ancorada, em certa medida, em princípios de justiça social. Abaixo destaca-se uma fala realizada em uma reunião da Rede Semear que aconteceu em um coletivo hortícola localizado o sul da ilha.

“Tivemos que fazer uma preferência, preferimos dar alimento pra todo mundo. Fazemos a feira gratuita com os alimentos da horta e levamos também nas áreas carentes. Pensamos assim: vamos levar para as áreas carentes, que não tem uma tradição de comer o orgânico, porque o pobre não tem condições de comer nem o verde, quanto mais o orgânico. Levamos para uns 25 barracos no Monte Cristo, no Brejaru, no Areias e ainda sobra para distribuirmos aqui na comunidade. (...) Aqui na comunidade organizamos as feirinhas para distribuição gratuita e a caixinha fica ali, cada um contribui ou não. Esse dinheiro nos ajuda a pagar a energia”. Garapuvu, Idoso, Agricultor Urbano.

O trecho extraído reflete sobre as condições de acesso aos alimentos, salientando que poder aquisitivo é condicionante do consumo. Aponta que em áreas vulneráveis tem-se restrição não apenas na qualidade, mas também na quantidade de alimentos consumidos, destacando que produtos orgânicos possuem ainda mais barreiras para aquisição que os demais insumos. A proposta deste agrupamento é marcada pela ressignificação do acesso, distribuindo alimentos para comunidades carentes, pessoas envolvidas com o processo manutenção da horta e para a comunidade. Não são estabelecidos valores para a comercialização dos produtos expostos na feira do bairro, organizam-se pela contribuição espontânea dos moradores.

Dificuldades no acesso aos locais de comércio, alto custo, baixo poder aquisitivo e carência de políticas públicas são citados por Figueira, Lopes & Modena (2016), como as principais barreiras ao consumo de frutas e verduras, sendo o valor do produto o maior peso nas condições de acesso à alimentação adequada. É notório que o preço dos alimentos não constitui o único empecilho para aquisição de frutas e verduras, mas Claro & Monteiro (2010) concluíram que o aumento da renda per capita e a redução no valor de venda destes produtos podem influenciar sua maior participação na dieta dos brasileiros.

Neste sentido, o cultivo urbano de alimentos permite a ressignificação do acesso, oportunizando a constância e diversidade alimentar, resgate da cultura alimentar local e maior cuidado no manejo dos recursos ambientais, o que colabora com a melhoria da qualidade alimentar dos indivíduos, conforme observado no presente estudo. Verifica-se que para além da disponibilidade diferenciada de alimentos, as práticas de cultivo guardam relação com sabores e lembranças de cunho afetivo, as quais possuem influência positiva sobre o estímulo ao consumo de frutas e hortaliças, impactando nos níveis de SAN junto à população (FIGUEIRA, LOPES & MODENA, 2016).

Alimento Coletivo

A produção de alimentos na Rede Semear é composta por uma ampla variedade de tipificações, são comuns hortas nas comunidades, em escolas e em centros de saúde, iniciativas em projetos sociais e em estruturas governamentais de assistência social, também como segmentos individuais ou pequenas empresas. No entanto, grande parcela de agricultores urbanos vinculados caracteriza-se pela prática em agrupamentos nas comunidades. O formato organizativo também diverge entre os coletivos, mas, de maneira geral, relaciona-se com associações de moradores, ONG's, movimentos sociais ou com o intermédio de estruturas do poder público.

O acompanhamento das rotinas da Rede Semear permitiu observar que trabalhar a terra envolve um conjunto de tarefas para além de cuidar das plantas, é contínuo, compreende semear a ideia, cultivar os sentidos e construir a coletividade. Em uma reunião realizada em um quintal produtivo no interior da UFSC, discutiu-se sobre a necessidade do trabalho coletivo para a realização da agricultura dentro da cidade. Referiu-se, neste momento, que a produção de sentidos e a existência de objetivos compartilhados são algumas das fortalezas neste espaço. Desta conversa foi extraída uma fala que relaciona o trabalho na horta com a construção da identidade do grupo e a reflexão sobre o envolvimento diferenciado com o espaço.

“As hortas trazem toda essa questão comunitária mesmo, estes vínculos que são estabelecidos. Mesmo que existam conflitos ou visões diferentes, o objetivo geral é comum, compartilhado, e as pessoas e as relações vão se construindo no processo. (...) Plantar tem muito disso, as pessoas começam a interagir, começam a ter o objetivo de acordar pra ir pra horta. Participar nos faz ver a vida de outro jeito, pensar em outra forma de estar aqui, de entender o mundo e pensar daqui pra frente.” Ipê Amarelo, Adulta, Agricultora Urbana e representante de ONG.

É presente neste entendimento do fazer coletivo o sentimento de partilha e ressignificação de sentidos, envolvendo, na produção de alimentos, processos de reconhecimento pessoal e formação da identidade do grupo. O excerto da fala possibilita refletir sobre a relação do plantar com o estabelecimento de vínculos com o ambiente, com seus princípios e com o outro, configurando-se como ferramenta de autoconhecimento e sociabilidade. Amorim, Carvalho e Barros (2015) destacam que as transformações humanas sobre o meio ambiente estão implicadas em necessidades subjetivas e emocionais, possibilitam a projeção de expectativas e permitem vivências que contam sobre a história do sujeito.

Segundo os mesmos autores, estes processos guardam sentimentos de satisfação e afetividade, permitindo a humanização dos quintais produtivos em meio a impessoalidade da vida urbana.

O desenvolver da AU avança em seu potencial de construção dos sujeitos à medida que estimula também o ensino e aprendizado. Observou-se em diversas falas que os momentos de cultivo da terra também produziam saberes, pois cada um trazia aquilo que conhecia sobre determinada espécie de planta, forma de cultivo, utilização, receitas e trocava com o outro, estabelecendo, desta forma, uma rede de contatos e conhecimentos. Em uma reunião realizada em um coletivo hortícola no norte da ilha, uma das falas caracterizou o entendimento do grupo acerca da intencionalidade educativa presente na prática da produção urbana de alimentos, ressaltando que os processos de aprendizado acontecem de forma coletiva e emancipadora.

“Toda a semana, o pessoal traz alguma coisa que acha legal discutir com o grupo, uma semente nova, uma planta diferente. A partir disso, conversamos sobre o que nos motivou a trazer a plantinha, o que sabemos dela ou até o que não sabemos, porque muitas vezes, trazemos aqui pra descobrir o que é, estudamos juntas. Estes encontros propiciam essa troca: alguém fazendo alguma coisa legal aqui e outro fazendo lá, mas que se um não souber do outro, não se complementam e um não ajuda o outro a progredir.” Painera-Rosa, Idosa, Agricultora Urbana.

Esta reflexão nos remete a compreender que o processo de ensino-aprendizagem que se dá neste espaço reflete uma prática descentralizada e horizontal, pois propicia que o conhecimento seja construído por todos que ali estão, que cada um contribui com seus saberes e experiências. Este fazer educativo aproxima-se das práticas da educação popular, que por meio de um processo dialógico, valoriza as dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais. Compartilham-se conhecimentos e arquitetam-se sujeitos em um processo sinérgico e solidário, constituem-se como elementos importantes para a cidadania (RIBEIRO et al, 2012).

São presentes na literatura relatos de experiências que utilizam a AU como estratégia educativa, uma vez que esta proposta possibilita a reaproximação dos indivíduos com o meio ambiente e as culturas locais, além de caracterizar-se como importante instrumento de valorização dos saberes populares (RIBEIRO et al, 2012; MENASCHE, MARQUES & ZANETTI, 2008; OTTMANN et al, 2010). Ribeiro et al (2012) destacam que as hortas urbanas são importantes nos processos de sensibilização das comunidades, devido a possibilidade de (re)colocar os envolvidos em contato direto com a terra, (re)conectarem-se, e refletirem sobre o ambiente em que vivem, sua historicidade, seus saberes e qualidade de vida. Amorim, Carvalho e Barros (2015) acrescentam que os elementos simbólicos trabalhados neste espaço por meio da troca de saberes tornam-se componentes das conexões das pessoas com ambiente

e com o grupo, configurando-se como um afeto positivo e necessário para o reconhecimento pessoal e coletivo.

Percebe-se que os sentimentos de reconhecimento pessoal, maior controle sobre a própria vida e pertencimento a um grupo estão presentes no ambiente da Rede Semear e são característicos do processo de empoderamento psicológico. Esta abordagem relaciona-se com o sentimento de maior controle sobre as decisões e ações que interferem em sua saúde e nos aspectos relacionados a sua própria existência. Atua de maneira positiva sobre os indivíduos, ressignificando a imagem pessoal e desencadeando processos importantes relacionados à melhora da autoestima e autoajuda (CARVALHO, 2004; GOHN, 2004; MARTINS et al, 2009).

Observa-se ainda, que para além de produzir coletivamente, as possibilidades de encontro propostas pelas cadeias de sentidos presentes na Rede Semear, favorecem ampliar o compartilhamento de significados e a reflexão coletiva, permitindo a convergência de ações coletivas com maior potencial de influência no contexto social. Esta visão ampliada do fazer coletivo esteve presente em alguns momentos nas reuniões da Rede Semear, mas observa-se que este entendimento ainda não está consolidado em todos os agrupamentos-parte, caracteriza-se como um processo em construção. No entanto, alguns coletivos se destacam na proposição deste entendimento e trabalham junto à rede o potencial existente na assimilação desta postura, conforme presente no fragmento a seguir.

“A rede é um encontro, um ponto de encontro aonde conseguimos sair do individual e ser um coletivo. É aonde conseguimos saber quem somos nós, entender pelo que cada um de nós está passando e, principalmente, é aonde podemos pensar na AU como uma proposta coletiva, uma alternativa para a cidade. Ela nos permite refletir sobre os problemas que nos são comuns, sobre os princípios e saberes que nos unem. Sinto que enquanto grupo precisamos pensar em uma saída coletiva, para que mesmo dentro dos anseios individuais, como não deixar o terreno sujo ou reciclar nas três lixeiras, possamos fazer com que uma política pública funcione, ter esta questão com um instrumento social em nossas comunidades. A partir daí podemos alcançar muitas outras pessoas que ainda nem sabem que existimos.” Uvaia, Adulta, Agricultora Urbana e representante do Movimento Social.

O entendimento e o pertencimento do espaço público têm sido trabalhados na Rede Semear, discutido em reuniões programadas e também como tema central do Encontro Municipal de Agricultura Urbana (EMAU), organizado anualmente pela rede. A fala destacada nos permite observar que existe um anseio de parte dos coletivos em trabalhar estes princípios no contexto da rede, na tentativa de movimentar a AU enquanto mobilização social, vinculada à expectativa do desenvolvimento de políticas públicas alicerçadas no entendimento da produção urbana de alimento para além da produção de insumos, como modo de vida nas

idades. Sabe-se que Florianópolis avançou no sentido de regulamentação da agricultura urbana com enfoque agroecológico com a promulgação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, descrita na Lei 10.392 de 05 de junho de 2018, mas apenas a AU enquanto movimento social (ou seja, como articulação municipal de fato, para além do conjunto de coletivos produtores) será capaz de efetivar esta como política pública na cidade (FLORIANÓPOLIS, 2018).

Ao relacionar-se em uma perspectiva que extrapole os limites no convívio individual e esteja fundado na percepção de que o viver em sociedade está condicionado à influência de estruturas sociais como o Estado e a macroeconomia como princípios basilares do empoderamento comunitário, o qual possui o viés subjetivo do empoderamento psicológico e a realidade objetiva das condições estruturantes presentes no corpo social (CARVALHO, 2004; TESSER et al, 2011). O empoderamento comunitário possui inflexões sobre processos que promovem a participação social com vistas ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, à eficácia política, a uma maior justiça social e à melhoria da qualidade de vida. Seu desenvolvimento estimula o aumento da capacidade dos indivíduos e coletivos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas por meio da aquisição de habilidades para responder aos desafios expostos na vida em sociedade (CARVALHO, 2004; CARVALHO E GASTALDO, 2008).

O reconhecimento da força social a partir da própria força revigora a noção e o sentido da cidadania, vinculada a um entendimento de emancipação social do homem, da reconição do sujeito na esfera pública (SOUSA JUNIOR, 1987). Dessa forma, o exercício de repensar e reconfigurar o contexto social no qual se vive guarda consequências positivas para a saúde, que, em conjunto com a participação social, são consideradas pela Organização Mundial da Saúde como princípios chave para a promoção da saúde (WHO, 1998). Iniciativas neste sentido estão presentes na Rede Semear, a qual caminha para a construção de um entendimento coletivo do fazer associativo como instrumento de transformação social, conforme observado no excerto a seguir:

“(...) Todas as políticas públicas de maneira direta ou indireta trabalham com a cidadania, e a cidadania é feita pela participação das pessoas. Muitas vezes nas atividades do CRAS chamamos as pessoas para conversar, falar sobre a cidadania, mas pensamos que temos que oferecer um espaços para exercer a cidadania. Porque quando se tem um espaço que depende da tua organização para manter organizado, você tá cuidando da tua comunidade também, você tá fazendo com que a tua comunidade participe. Hoje pode ser a união para construir um canteiro, mas amanhã pode ser a união para exigir um bem que é para todo mundo.” Araçá-vermelho, Adulta, representante da Assistência Social.

A fala destacada remete à essência da agricultura urbana em ressignificar os espaços da cidade, expondo em seu potencial a reaproximação com a terra e as práticas produtivas, como também um reencontro com a coletividade e a cidadania. Propiciar que os espaços da cidade sejam reinventados relaciona-se com revisitar a capacidade comunal do homem, pois vivemos uma sociedade pautada pela homogeneização da vida e isolamento das pessoas, compondo um sistema de valoração solitário e excludente, condizentes com o capitalismo mundial (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017).

Dessa forma, alimentar-se em uma proposta agroecológica, coletiva e colegiada, como desenvolvida na Rede Semear, envolve o convívio social, a partilha e o equilíbrio, permitindo assimilar saúde para além de um quantitativo de nutrientes e demais componentes biológicos (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017; RIBEIRO et al, 2012). Neste saber, estão presentes também a coletividade e a cidadania, ingredientes que possibilitam “(...) emancipar a experiência alimentar das racionalidades científicas ocidentais e das relações mercantilizadas pelo sistema capitalista.” (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017, p. 440). A comida passa a ser compreendida enquanto linguagem, como texto cultural responsável por vociferar os saberes e sabores do corpo, da comunidade, das relações sociais e de visões de mundo (MENASCHE, MARQUES E ZANETTI, 2008).

Alimento Social

Alimentar-se extrapola o sentido biológico quando compreende o alimento enquanto elemento estruturante das sociedades. As atividades que envolvem o alimento desde sua produção até o consumo abrangem a relação de domínio do homem sobre a natureza e os processos de socialização, responsáveis pela interação dos indivíduos com a estrutura social (VIEIRA & BLÜMKE, 2016). Estão presentes no ato de alimentar-se a atenção às necessidades biológicas e a consolidação das práticas e normas que regulamentam a sociedade, pois o ato de “comer com” reflete os princípios e o dinamismo cultural presentes naquele espaço, imbricados na identidade comunal ali construída (MASCARENHAS, 2012).

No entanto, a sociabilidade envolvida no comer é constantemente ressignificada no espaço social, pois relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das sociedades. A forma de estruturação do Estado e do mercado possuem grande influência sobre os processos de produção, processamento, distribuição e consumo de produtos alimentícios, sendo a

urbanização e o meio de acumulação intensificado da estrutura capitalista os principais potencializadores das alterações nos rituais de alimentação do mundo moderno, os quais têm se adaptado em conteúdo, localização, participantes, tempo e praticidade para acompanhar o ritmo acelerado da vida em sociedade (VIEIRA & BLÜMKE, 2016; GARCIA, 1997; GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017).

A construção neoliberal²¹ das sociedades contemporâneas caracteriza-se pelo isolamento social, resultado da racionalidade competitiva da organização social e capilarizado em quase todas esferas da vida humana. É observado nos relacionamentos interpessoais esvaziados, na meritocracia como meio de ascensão e conquista social, na individualização da produção e do consumo, no esvaziamento dos espaços coletivos de composição política, no desinteresse do comum e na supervalorização das condições e bens privados, na mercantilização do acesso. (DARDOT E LAVAL, 2016). As “necessidades” humanas, neste contexto, são “constantemente recriadas e ajustadas *ao e pelo* próprio sistema”, que por meio da disseminação de modelos homogêneos de consumo, garantem sua manutenção, fortalecimento e expansão. Nestes termos, o mercado de alimentos caracteriza-se pela disponibilidade de produtos ser direcionada para atender o comensal “cidadino e solitário”, ofertando insumos quase sempre já finalizados e ajustados ao consumo imediato, condicionados pelo poder de compra. O tempo para comensalidade é considerado como “perdido” ou “inexistente”, uma vez que passou a ser ressignificado e mercantilizado (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017).

O sistema agroalimentar estabelecido globalmente tem sido marcado pelo envolvimento de estruturas produtivas locais nos mercados mundiais, no sentido de internacionalizar os capitais e da universalização do consumo, estas mediadas pela logicidade do comércio exterior. O abastecimento alimentar passou a ser influenciado diretamente pela flutuação das balanças comerciais, propiciando a dissolução das identidades locais e a importação de produtos e hábitos de consumo. Observa-se uma padronização da produção e do consumo de abrangência global e com capacidade de disponibilidade de produtos de acordo com o perfil distributivo de renda, logística de distribuição e nível de desenvolvimento econômico de cada localidade (PAULA, 2017). O avanço deste sistema incide na autonomia dos produtores com relação ao

²¹ “(...) O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência e da individualização dos sujeitos. (...) antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, [o neoliberalismo] é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados.” (DARDOT E LAVAL, 2016).

“o que”, “quando” e “quanto” será plantado e também dos consumidores, que têm suas escolhas alimentares direcionadas pela oferta de produtos e condicionalidades do mercado, ou seja, o abastecimento alimentar é marcado pela “homogeneização do gosto e do paladar”, naturalizados pelas escolhas alimentares determinadas por um processo de “colonização do gosto” (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017).

Neste contexto, trabalhar a agricultura como proposta emancipadora guarda relação com o pertencimento da terra, das escolhas, dos gostos e dos sentidos, configurando-se como alternativa ao modelo hegemônico de produção e consumo estabelecido globalmente. Estes saberes são desenvolvidos na Rede Semear, a qual tem trabalhado sua identidade em um sentido reivindicatório, embasado na luta popular pela construção das territorialidades urbanas. É importante salientar que este entendimento ainda não foi consolidado enquanto prática da rede, no entanto parte dos agrupamentos, destacam-se na construção desta temática junto à rede por meio de iniciativas para estudo e aprofundamento ideológico. O excerto a seguir foi retirado de uma fala realizada por uma integrante da Rede Semear na mesa de abertura do EMAU, promovido pela rede em novembro de 2018 no Jardim Botânico de Florianópolis.

“(...) Ser da AU é ser ativista, pois mesmo que eu tenha apenas a minha horta na minha casa meu ato de resistência está sendo contra as grandes indústrias alimentares, que falam todos os dias na TV e na internet que comida é de supermercado; contra a indústria farmacêutica, a quem não interessa a autonomia das pessoas sobre a sua saúde ou o respaldo da herança popular; contra o planejamento urbano feito para carro, para imobiliária, para especulação, o qual só não é feito para as pessoas que moram na cidade; e também é disputa com o agronegócio, que está dentro do nosso prato, que vai pra dentro da nossa casa todos os dias. A gente resiste porque a gente é humano, porque a gente come, precisa do alimento, pela valorização desta comida, da cultura, do gosto, pelas necessidades presentes em todos as fases do ciclo de vida e, principalmente, porque plantar organiza o povo, organiza suas ideias e constrói aquilo porquê lutar. A pobreza é um fator determinante também, em muitos lugares do país as pessoas são agricultores urbanos por causa da fome. A gente resiste porque faz da terra um valor de uso e não valor de troca e isso assombra o sistema (...)” Canjerana, Adulta, agricultora urbana e representante de Movimentos Sociais.

Existe uma relação diferenciada em trabalhar a terra na sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, atrelada a utilidade de sua produção para aquele que produz, para aquele que consome, para o produtor-consumidor; em exercer uma agricultura que seja responsável pelo espaço e pelas pessoas e que não esteja voltada necessariamente ao rendimento e retorno financeiro. A significação do trabalho é outra e diverge da forma como são estruturadas as sociedades, como o sistema agroalimentar é orientado. Discute-se na rede semear que falar em AU é “pensar em formas de resistência e (re)existência”, pois a agricultura nas cidades é um

projeto em disputa com o mercado agroalimentar, com os padrões globais de consumo de alimentos, com as formas de atenção à saúde, com a estrutura e os dimensionamentos urbanos e com a perspectiva invisibilizadora das populações periféricas, da fome, da cultura popular, da ruralidade. Por isso, conforme entendimento que vem sendo construída na Rede Semear, fazer agricultura nas cidades é ter a AU “enquanto projeto civilizatório que nos vincula em nossa relação com a natureza e os direitos humanos: o direito de ser, poder e existir”.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é estabelecido pelos acordos internacionais enquanto um direito humano fundamental, relaciona-se ao acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, como forma de garantir um nível de vida sadio, e ao direito de estar protegido contra a fome (ONU, 1966, p.5-6). A realização deste direito encontra-se necessariamente alicerçada na justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais voltadas à erradicação da fome e da pobreza (FERRAZ, 2017). Segundo considerações da FAO (2019), o aumento do quantitativo de famintos no mundo relaciona-se estreitamente com a desaceleração da economia mundial, condição esta que afeta principalmente economias emergentes e países em desenvolvimento devido a relacionar-se com o arrefecimento dos fluxos de importação e exportação de produtos básicos primários e petróleo. A redução nos trânsitos comerciais repercute no crescimento econômico destes países, conduzindo ao aumento do desemprego e à diminuição dos ingressos familiares, o que dificulta o acesso à alimentação e aos serviços básicos. Estima-se que, entre 2011 e 2017, o decréscimo médio de 10% do PIB per capita observado nestes países corresponda ao aumento de 1,5% da prevalência da subalimentação verificada (FAO et al, 2019).

Diante disso, ressalta-se que o efeito da desaceleração econômica possui consequências graves na SAN e no DHAA, especialmente por estes estarem submetidos a uma estrutura de organização da sociedade que remete à exclusão social, vinculada à pobreza, desigualdade e a marginalização societária. Verifica-se que na América Latina e Caribe, durante o período de 2012 a 2016, a crise no mercado de insumos básicos impactou nos níveis de desemprego, alcançando 8,9% ao final do intervalo analisado. Esta condição repercutiu no aumento de 9 milhões de pessoas pobres no continente durante o período, atingindo cerca de 29,2% do total de habitantes (175 milhões de pessoas) (FAO et al, 2019). Perante este contexto, medidas reestruturantes dos sistemas alimentares são imprescindíveis para a erradicação da fome, controle da má nutrição e redução das desigualdades sociais, fazendo-se necessária a proposição de estratégias de produção de alimentos que orientem-se pela soberania das nações e

autossuficiência produtiva, vinculadas ao desenvolvimento de sistemas alimentares sensíveis à nutrição (FAO e OPAS, 2017A).

A aproximação de consumidores e produtores, proposta pelas cadeias curtas de produção, favorece o acesso permanente a alimentos diversificados, saudáveis e adequados à identidade cultural da região. Esta compreende-se como uma alternativa mais democrática no acesso de alimentos, pois permite a ressignificação da conotação mercadológica do alimento e possibilita a organização coletiva e colegiada da sociedade. Destaca-se a seguir uma fala realizada durante EMAU/2018 que reflete sobre o desenvolvimento da agricultura urbana e a expectativa de mudança social.

“(...) Mesmo estando no contexto aqui de Florianópolis, temos que pensar em um projeto de sociedade maior, estamos em processo de mudar para restituir um caminho mais democrático. AU é uma via para repensar a democracia nas cidades, como também nos dualismos campo-cidade, produtor-consumidor. É uma proposta de visão de mundo, de pensar a cidade como um bem-comum, a cidade comum a nós.” Jacarandá, Adulta, agricultora urbana e representante de ONG.

Conforme apresentado no fragmento da fala, a AU propicia refletir sobre o espaço da cidade, ressignificar a relação do homem com o território urbano no sentido de reestabelecer a função social da terra. A produção urbana, coletiva e agroecológica de alimentos em cadeias curtas de consumo, como realizada na Rede Semear, favorece a melhoria das relações interpessoais, configurando-se como espaço de participação coletiva alinhado como fortalecimento do tecido social. Proporciona processos de planejamento e gestão das cidades na perspectiva de uma sociedade inclusiva e plural, promovendo a biodiversidade funcional do agroecossistema e a incorporação de novos espaços verdes no desenho das cidades (ZAAR, 2015; PARADA, CAMPOY & GÓMEZ, 2016).

Zárate Martín (2015) afirma que a promoção da agricultura no interior das cidades contribui com a melhoria das relações sociais por fomentar a solidariedade²², confiança mútua e a tomada coletiva de decisões, as quais suscitam o compromisso cívico e a construção comunitária. Esta compreensão aproxima-se do entendimento proposto por Lüchmann (2014),

²² Segundo Abbagnano (2007), a solidariedade pode ser definida como “(...) assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo”, relacionando-se com a “(...) criação histórica de indivíduos capazes de identificar-se com a vida alheia” (ABBAGNANO, 2007. p.929). A solidariedade concretiza-se enquanto “fato social” à medida que compreende-se não ser esta inerente ao ser humano individualizado, é coletiva, é relacional. Como Philippe Perrenoud (2003) define: “A solidariedade não é espontânea, é uma conquista contra o egocentrismo e o egoísmo que caracterizam a criança pequena, como também contra o etnocentrismo de todo grupo humano e a prioridade que dá a seus próprios interesses. A solidariedade é uma construção social e cultural, uma conquista frágil da civilização.” (PERRENOUD, 2003). No escopo deste trabalho, a solidariedade relaciona-se fundamentalmente com a negação do individualismo e adesão a formas coletivas e voluntárias de produção de alimentos.

o qual relaciona o desenvolvimento do capital social com valores de cooperação, solidariedade, confiança, comunicação e espírito público, que ocorrem pela construção de redes associativas ou de engajamento cívico. Tais práticas, ao tratarem de questões comuns, promovem maior comprometimento da população com as questões públicas, desenvolvendo um senso de pertencimento coletivo e produzindo ações de cooperação; o que fortalece a democracia fundamentada na autodeterminação do direcionamento da coisa pública e na dimensão transformadora e pedagógica da participação comunitária (LÜCHMANN, 2011; LÜCHMANN, 2014).

Dessa forma, a promoção da agricultura urbana alinhada às práticas associativas de engajamento cívico, permite a ressignificação dos espaços da cidade e a reinserção dos cidadãos na esfera pública, propiciando “um caminho mais democrático” para repensar a dinâmica da vida cidadina (PARADA, CAMPOY & GÓMEZ, 2016; ZÁRATE MARTÍN, 2015). Ainda, possibilita a reinterpretação dos condicionantes de produção e consumo presentes na sociedade moderna, possibilitando o enfrentamento das lógicas de exclusão social presentes nos sistemas globalizados de abastecimento alimentar (FAO e OPAS, 2017B; FAO et al, 2019). A simplicidade do encontro e a construção conjunta de significados constantes nesta proposta, ensejam o reencontrar de culturas e a construção de identidades comunais, alvitando o enfrentamento coletivo ao mundo privativo (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos saberes desenvolvidos na Rede Semear foi possível perceber que os processos de consumo guardam uma estreita relação como a disponibilidade e acessibilidade dos insumos alimentares, e neste sentido a produção de alimentos na cidade possibilita a flexibilização das cadeias de valorização do alimento. Verificou-se que as práticas produtivas da agricultura urbana coletiva e agroecológica, como desenvolvida na Rede Semear, possibilitam o acesso permanente a alimentos orgânicos e diversificados, ajustados à cultura local, além e contribuir para a consecução de hábitos alimentares mais saudáveis, alinhados com a SAN.

O acompanhamento das rotinas da Rede Semear permitiu a compreensão de que é na coletividade que as mudas são plantadas, regadas dia-a-dia com a troca de saberes e o compartilhamento de sentimentos. É também diante das divergências e dificuldades encontradas que se fortalecem, pois o que sustenta esta proposta é a construção contínua do fazer coletivo. Neste sentido, a prática coletiva da agricultura no espaço das cidades possibilita

o empoderamento psicológico e comunitário, que por meio do estímulo à coletividade e à cidadania, caracteriza-se como prática promotora de saúde.

O entendimento de que a acessibilidade e disponibilidade de alimentos são condicionantes do estado nutricional, proposta pelo olhar do Alimento Biológico, e de que a produção coletiva de alimentos possui inflexão sobre as condições de saúde, sugeridas pelo Alimento Coletivo, nos permite observar que o ordenamento social é determinante no ato de alimentar-se. O alimento compreende-se com elemento estruturante das sociedades, imbricado em fluxos comerciais de produção e consumo que se relacionam com a lógica de funcionamento do capitalismo moderno.

No entanto, o consumo massificado, a verticalização da cadeia alimentar e do produtivismo agrícola, sustentados pelo sistema agroalimentar, vem sendo questionados pela conotação sócio-política do alimento. Neste sentido, a proposta da AU, como observado na Rede Semear, apresenta relevância, pois guarda aspectos alusivos à forma de cultivo, resgate cultural, valorização do agricultor e potencialidades relacionadas à aproximação e ressignificação do cultivo e consumo, e trabalha a ação coletiva na ocupação dos espaços da cidade para garantir o acesso permanente a uma alimentação de qualidade fundamentada nas características de seu povo. A democracia alimenta-se da fome de justiça pela igualdade social, por isso repensar a forma de cultivar os sentidos do SER humano e do SER social é tarefa de todo cidadão.

REFERÊNCIAS

ABRANDH – AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: Abrandh, 2013.

AMORIM, A. N.; CARVALHO, D. B.; BARROS, R. F. M. Vinculação afetiva a quintais urbanos do Nordeste Brasileiro. Revista Espacios, vol 36, nº16. Teresinha: 2015

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

BEZERRA, I. SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: O papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. Revista Faz Ciência, v. 15, n. 20. Cascavel: jan./jun., 2012.

BORGES, C. A.; CLARO, R. M.; MARTINS, A. P. B.; VILLAR, B. S. Quanto custa para as famílias de baixa renda ter uma dieta saudável no Brasil? Cadernos de Saúde Pública, nº31. Rio de Janeiro: Jan./2015.

BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: 2006. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acessado em: 06 de novembro de 2016.

CARNEIRO, F. F.; SILVA, L. G.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. (Org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília:2009. 30 p.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005

CARVALHO, L. D. Natureza, território e convivência: Novas territorialidades do semiárido brasileiro. Paco Editorial: 2013.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 1088-1095. Rio de Janeiro: jul-ago, 2004.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, n.13 (Sup 2), p.2029-2040, 2008

CLARO, R. M; MONTEIRO, C. A. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. Revista de Saúde Pública, nº44. São Paulo: 2010.

CORSO, A. C. T.; BOTELHO, L. J.; ZENI, L. A. Z. R.; MOREIRA, E. A. M. Sobrepeso em crianças menores de 6 anos de idade em Florianópolis, SC. Rev. Nutrição, volume 16. Campinas: jan./mar., 2003.

DARDOT, P; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar. Nyéléni, Selingue, Malí. 2007. Disponível em: <www.nyeleni.org>. Acesso em: 01 de novembro 2019.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. The Food Insecurity Experience Scale: Measuring food insecurity through people's experiences. FAO: 2015a.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. 2016 - América Latina e Caribe: Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional – Sistemas Alimentares Sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição. FAO: Santiago, 2017A

_____. 2017 - América Latina e Caribe: Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional. FAO: Santiago, 2017B

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo - Fomentando la resiliencia climática en áreas de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO: Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>>. Acessado em: 20/09/2018.

_____. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo - Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. FAO: Roma, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>>. Acessado em: 20/10/2019.

FERRAZ, M. A. Direito Humano à Alimentação e Sustentabilidade no Sistema Agroalimentar. 1ed. São Paulo: Paulinas, 2017.

FIGUEIRA, T. R.; LOPES, A. C. S.; MODENA, C. M. Barreiras e fatores promotores do consumo de frutas e hortaliças entre usuários do Programa Academia da Saúde. Revista de Nutrição, nº 29. Campinas: jan./fev., 2016.

FLORIANÓPOLIS. Lei 10.392, de 06 de junho de 2018: Dispõe sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1039/10392/lei-ordinaria-n-10392-2018-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-agroecologia-e-producao-organica-de-florianopolis-pmapo>. Acessado em 07/11/2019.

FORÚM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta da V Plenária Mineira de Economia Popular Solidária ao movimento de Economia Solidária, aos movimentos sociais, e à sociedade. Belo Horizonte: 29/09/2012.

FUHRMANN, N. L. Neoliberalismo, cidadania e saúde: a recente reorganização do sistema de saúde no Brasil. Civitas – Revista de Ciências Sociais v. 4, no 1. Porto Alegre: jan./jun, 2004

GARCIA, R. W. D. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano. Cadernos de Saúde Pública, nº13. Rio de Janeiro: 1997.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIORDANI, R. C. F.; BEZERRA, I.; ANJOS, M. C. R. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: Rumo ao bem e bom comer. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Rev. Saúde Soc. vol.13 no.2. São Paulo: May/Aug, 2004.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO M. C. S.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Os Bastidores da Sociedade Civil - Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, 2006.

_____. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações cívicas em São Paulo. Rev. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 50, nº 3, p. 465-498. Rio de Janeiro: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: 2019.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Segurança Alimentar 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: mar, 2019.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: Combinações e tensões. Rev. Lua Nova, n. 84, p. 353-364. São Paulo: 2011.

_____. Abordagens teóricas sobre associativismo e seus efeitos democráticos. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, V 29, n 85, p. 161-226. Junho/2014

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. S.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. Rev. Saúde Sociedade, v.25, n.2, p.505-515. São Paulo: 2016.

MARTINS, P. C. et al. Democracia e empoderamento no contexto da promoção da saúde: possibilidades e desafios apresentados ao Programa de Saúde da Família. Physis Revista de Saúde Coletiva, n.19, p. 679-694. Rio de Janeiro: 2009.

MASCARENHAS, M. P. Sociabilidades em volta da mesa. Anais do VII Congresso Português de Sociologia – Universidade do Porto. Porto: 2012.

MAUSS, M. Les techniques du corps. In : Anthropologie et sociologie. Paris: PUF; 1980. p.364, 384-85

MCMICHAEL, P. Regimes Alimentares e Questões Agrárias. Tradução de Sonia Midori. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2016.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista Nutrição*, nº 21. Campinas: 2008.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S (Org.). *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). ONU-AG. Res nº2.200-A (XXI). Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranc_a_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

OTTMANN, M. M. A.; BORCIONI, E.; MIELKE, E.; CRUZ, M. R.; FONTE, N. N. Impactos ambientais e socioeconômicos das hortas comunitárias sob linhas de transmissão no bairro Tatuquara, Curitiba, PR, Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, nº 5. Porto Alegre: 2010.

PAULA, N. M. de. *A evolução do sistema agroalimentar – Contradições e desafios*. Editora CRV. Curitiba: 2017.

PARADA, S. P.; CAMPOY, M. V.; GÓMEZ, A. J. Determinación de los niveles de resiliencia/vulnerabilidad em iniciativas de agroecología urbana en el suroeste andaluz. *Revista Idesia*, vol. 34, nº 2, p. 5-13. Chile: Abril, 2016

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, nº 16. Rio de Janeiro: 2011.

POULAIN, J.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Rev. Nutr.*, Nº 16, pag:245-256. Campinas: jul./set., 2003.

REDE SEMEAR. Carta de Florianópolis - Compromisso com a Agricultura Urbana. Florianópolis: jun., 2016.

_____. Carta Política - IV EMAU (Encontro Municipal de Agricultura Urbana). Florianópolis: Nov., 2018.

RIBEIRO, S. M et al. Agricultura Urbana Agroecológica - Estratégia de Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. *Rev. Brasileira Promoção à Saúde*, vol. 25, p.381-388. Fortaleza: jul./set., 2012

SANTANA, A. B. C.; SARTI, F. M. Mapeamento da qualidade nutricional da alimentação em diferentes estados do Brasil. *Confins – Revista franco brasileira de geografia* [on-line], nº39. Mar./2019.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes política para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas e AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SANTOS, R. M. A soberania alimentar e a produção camponesa como negação da fome na velha/nova ordem do capital. I Simpósio De Geografia Agrária e XI Semana De Geografia Da UESB, Salvador, 2013.

SOUSA JUNIOR, J. G. Paineis: a Construção Social da Cidadania. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Anais da VII Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

TESSER, C. D.; GARCIA, A. V.; VENDRUSCOLO, C.; ARGENTA, C. E. Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.16, p. 4295-4306. São Paulo: 2011

TRICHES, R.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. Revista Cuadernos de Desarrollo Rural, nº 12. Bogotá, Colômbia: 2015.

VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação Nutricional de coletividades: textos de apoio didático. Florianópolis: 1995.

VIEIRA, M. G.; BLÜMKE, A. C. A sociabilidade exercida em torno do comer: um estudo entre universitários. Revista Demetra - Alimentação, Nutrição e Saúde, nº11. Rio de Janeiro: 2016.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 18, 147-174, 2002.

World Health Organization (WHO). Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers - 1998. Disponível em:
<<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/108116/1/E60706.pdf>>. Acessado em: nov/2016.

ZAAR, M. H. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. Revista Sociedade e Território, vol. 27, nº 3, p. 26 - 44. Natal: Jul./Dez., 2015

ZÁRATE MARTÍN, M. A. Agricultura urbana, condición para el desarrollo sostenible y la mejora del paisaje. Anales de Geografía, vol. 35, nº 2. Espanha: set., 2015.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que os condicionantes de acessibilidade e disponibilidade de alimentos guardam relação com o estado nutricional da população, estando submetidos a um sistema de ordenamento da produção e do consumo de insumos alimentares alinhado com os fluxos comerciais globalizados. A produção e o consumo de alimento são, portanto, estruturalmente direcionados, intensificando a desigualdade social figurada nas sociedades modernas (FAO et al, 2019; GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017). Dessa forma, medidas reestruturantes dos sistemas agroalimentares são imprescindíveis para a erradicação da fome, controle da má nutrição e redução das desigualdades sociais. É necessária a adoção de estratégias orientadas à soberania alimentar e à SAN, vinculadas ao desenvolvimento de sistemas alimentares sensíveis à nutrição. Assim como, é indispensável o enfrentamento das desigualdades sociais por meio de políticas multissetoriais que permitam garantir formas sustentáveis de proteção social e redução as vulnerabilidades (FAO e OPAS, 2017A; FAO et al, 2019).

Neste sentido, a aproximação de consumidores e produtores, proposta pelas cadeias curtas de produção, pode contribuir com a acessibilidade e disponibilidade de alimentos. A produção alternativa de alimentos favorece o acesso permanente a alimentos diversificados, saudáveis e adequados à identidade cultural da região, além de contribuir com o empoderamento e promoção da saúde dos moradores. Esta compreende-se como uma alternativa mais democrática no acesso de alimentos, pois permite a ressignificação da conotação mercadológica do alimento e possibilita a organização coletiva e colegiada da sociedade. A AU é exemplo desta prática nas cidades, que, por meio da produção coletiva e agroecológica, é responsável auxiliar na SAN e autossuficiência produtiva das comunidades (BEZERRA E SCHNEIDER, 2012; GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017).

Observou-se junto a Rede Semear, neste estudo, que a produção urbana de alimentos oferece insumos conceitualmente enriquecidos, os quais orientados pelas percepções biológica, coletiva e social, permitem o reconhecimento e ressignificação do sistema de produção e consumo de alimentos. O alimentar-se, nesta perspectiva, assume um papel de mobilização social, configurando-se como instrumento encontro das pessoas e saberes populares, organização das demandas das comunidades e reivindicação de direitos.

Importante salientar que esta caracteriza-se como medida pontual no enfrentamento das iniquidades expostas pelo sistema globalizado de produção e consumo de alimentos, ao qual é necessário intervenções de maior monta, vinculadas à democratização no acesso de alimentos e ao confronto à desigualdade social. No entanto, é na capilaridade que as grandes transformações se fundamentam, sendo imprescindível estimular iniciativas que reflitam sobre os condicionantes da vida em sociedade e proponham formas alternativas do gerenciamento coletivo.

Esta temática possui, portanto, relevância para Saúde Coletiva, pois propõe alternativas para a acessibilidade e disponibilidade de alimentos, alicerçadas nas reflexões sobre a produção e o consumo de alimentos nas sociedades contemporâneas. Dessa forma, sugere-se como perspectivas de aprofundamento nesta temática: 1) Promoção de estudos para maior compreensão da relação das cadeias alternativas de produção de alimentos e SAN, buscando identificar a interferência das lógicas de produção e consumo do mundo globalizado nos indicadores sociais e de saúde; 2) Promoção de estudos para maior investigação sobre as formas de organização popular na perspectiva do associativismo civil, no sentido de analisar o potencial emancipatório e promotor de saúde que pode estar vinculado a esta proposta.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. 5a . São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.

ABRANDH – AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: Abrandh, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

AROUCA, A. S. S. Conferência: Democracia é Saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Anais da VII Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão Intersetorial. Rev. Saúde e Sociedade, v.20, n.3, p.715- 729. São Paulo: 2011.

BEZERRA, I. SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: O papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. Revista Faz Ciência, v. 15, n. 20. Cascavel: jan./jun., 2012.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: Um momento da educação popular. Rev. Educação Popular, v. 6, p.51-62. Uberlândia: jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/19988/10662>

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm . Acessado em: 20/09/2018.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA. Perdas e Desperdício de Alimentos. Online: 2017. Disponível: <https://www.embrapa.br/tema-perdas-e-desperdicio-de-alimentos/sobre-o-tema>>. Acessado em: 22 de novembro de 2019.

_____. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: 2006. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acessado em: 06 de novembro de 2016.

_____. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2006: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição

sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2017: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília:2009. 30 p.

CARVALHO, L. D. Natureza, território e convivência: Novas territorialidades do semiárido brasileiro. Paco Editorial: 2013.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “*empowerment*” no projeto de Promoção à Saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 1088-1095. Rio de Janeiro: jul-ago, 2004.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, n.13 (Sup 2), p.2029-2040, 2008

CASTIEL, L. D. Promoção de saúde e a sensibilidade epistemológica da categoria ‘comunidade’. Revista de Saúde Pública, v. 38, p. 615-622. São Paulo: 2004.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008

CORSO, A. C. T.; BOTELHO, L. J.; ZENI, L. A. Z. R.; MOREIRA, E. A. M. Sobrepeso em crianças menores de 6 anos de idade em Florianópolis, SC. Rev. Nutrição, volume 16. Campinas: jan./mar., 2003.

CZERESNIA, D. O Conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA D.; FREITAS C.M. (org.). Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

DARDOT, P; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar. Nyéléni, Selingue, Malí. 2007. Disponível em: <www.nyeleni.org>. Acesso em: 06 de novembro 2016.

DIANI, M. The concept of social movement. Revista Sociological Review, n. 40. Keele, UK: 1992.

DIANI, M. & BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. Rev. Brasileira de Ciência Política, v.3, p. 220-249. 2010

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. The Food Insecurity Experience Scale: Measuring food insecurity through people's experiences. FAO: 2015a.

_____. El estado mundial de la agricultura y la alimentación - 2014: La innovación en la agricultura familiar. FAO: Roma, 2015b.

_____. El estado mundial de la agricultura y la alimentación: Progresos en la lucha contra la pérdida y el desperdicio de alimentos. FAO: Roma, 2019.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. 2016 - América Latina e Caribe: Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional – Sistemas Alimentares Sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição. FAO: Santiago, 2017A

_____. 2017 - América Latina e Caribe: Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional. FAO: Santiago, 2017B

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Fomentando la resiliencia climática en áreas de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO: Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>>. Acessado em: 20/09/2018.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. FAO: Roma, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>>. Acessado em: 20/10/2019.

FERNADES, R.; SOUZA, N. R. P. G.; MARTINS JÚNIOR, J. Benefícios da Implantação do Programa Hortas Comunitárias em Maringá – Paraná. Rev. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, vol.4, n.1, p.79-82. São Paulo: 2013.

FERRAZ, M. A. Direito Humano à Alimentação e Sustentabilidade no Sistema Agroalimentar. 1ed. São Paulo: Paulinas, 2017.

FREITAS, J. D.; PORTO, M. F. Por uma epistemologia emancipatória da promoção da saúde. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 9, n. 2, p. 179-200. Rio de Janeiro: jul/out, 2011

FUHRMANN, N. L. Neoliberalismo, cidadania e saúde: a recente reorganização do sistema de saúde no Brasil. Civitas – Revista de Ciências Sociais v. 4, no 1. Porto Alegre: jan./jun, 2004

GADAMER, H. G. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Editora Vozes; 1997.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares: Negócios e mercados da agricultura família. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOMES, R; SOUZA, E. R.; MINAYO M. C. S.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Rev. Saúde Soc. vol.13 no.2. São Paulo: May/Aug, 2004.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Os Bastidores da Sociedade Civil - Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, 2006.

_____. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações cívicas em São Paulo. Rev. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 50, nº 3, p. 465-498. Rio de Janeiro: 2007.

_____. Atores periféricos na sociedade civil: Redes e centralidades de organizações em São Paulo. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, nº 68, p. 73-96. São Paulo: 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: 2019.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Segurança Alimentar 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: mar, 2019.

Lefevre, F.; Lefevre, A. M. C. Promoção de saúde: a negação da negação. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: Combinações e tensões. Rev. Lua Nova, n. 84, p. 353-364. São Paulo: 2011.

_____. Abordagens teóricas sobre associativismo e seus efeitos democráticos. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, V 29, n 85, p. 161-226. Junho/2014

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. S.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Rev. Saúde Sociedade*, v.25, n.2, p.505-515. São Paulo: 2016.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

MAGNANTI, N. J.; GRIS, C. C. T.; LIMERA, J. D.; SAGAE, E. Mapeamento dos consumidores das feiras agroecológicas nas regiões do Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, Centro Sul do Paraná, Planalto Serrano Catarinense e Florianópolis, na ilha de Santa Catarina. In: *Abastecimento agroecológico de consumidores articulado com soberania e segurança alimentar e nutricional / Org. Natal João Magnanti*. Lages: Mayer, 2017.

MARTINS, P. C. et al. Democracia e empoderamento no contexto da promoção da saúde: possibilidades e desafios apresentados ao Programa de Saúde da Família. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, n.19, p. 679-694. Rio de Janeiro: 2009.

MARTINS, L. G.; TOZETTI, R. F.; FERREIRA M. R. Desenvolvimento Territorial Sustentável: o desafio contemporâneo de romper o Globalitarismo existente pela busca de novas alternativas de consumo local. *Rev. Guaju*, v.2, n.1, p. 38-60. Matinhos: jan./jun. 2016

MAUSS, M. *Les techniques du corps*. In : *Anthropologie et sociologie*. Paris: PUF; 1980. p.364, 384-85

MCMICHAEL, P. *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*. Tradução de Sonia Midori. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2016.

MENDES, R.; FERNANDEZ, J. C. A.; SACARDO, D. P. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. *Revista Saúde e Debate*, v. 40, n. 108, p. 190-203. Rio de Janeiro: jan./mar., 2016

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S (Org.). *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos)

MONTEIRO, C.A. et al. Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil. In: MONTEIRO, C.A. (org.) *Velhos e novos males da saúde no Brasil*. São Paulo, Hucitic, 1995. p.248-54.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). ONU-AG. Res. 217-A (III). Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). ONU-AG. Res n°2.200-A (XXI). Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranc_a_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

PAIM, J. S. Paineis: Direito à Saúde, Cidadania e Estado. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Anais da VII Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

PERRENOUD, P. As competências a serviço da solidariedade. *Pátio: Revista Pedagógica*, v. 7, n. 25, p. 19-27, 2003.

POULAIN, J.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Rev. Nutr.*, N° 16, pag:245-256. Campinas: jul./set., 2003.

REDE SEMEAR. Carta de Florianópolis - Compromisso com a Agricultura Urbana. Florianópolis: jun., 2016A.

_____. REDE SEMEAR FLORIPA: Princípios, Conduta e Organização. Florianópolis: jun., 2016B.

_____. Carta Política - IV EMAU (Encontro Municipal de Agricultura Urbana). Florianópolis: Nov., 2018.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Rev. Saúde Sociedade*, v.24, n.2, p.730-743. São Paulo: 2015.

RIBEIRO, S. M et al. Agricultura Urbana Agroecológica - Estratégia de Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. *Rev. Brasileira Promoção à Saúde*, vol. 25, p.381-388. Fortaleza: jul./set., 2012

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes política para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas e AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SANTOS, R. M. A soberania alimentar e a produção camponesa como negação da fome na velha/nova ordem do capital. I Simpósio De Geografia Agrária e XI Semana De Geografia Da UESB, Salvador, 2013.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEGAE, E.; BRIGHTWELL, M. G. S. L.; GELBCKE, D. LUIZ, J. Desafios e oportunidades para a agricultura urbana na ilha de Florianópolis, Santa Catarina. In: Abastecimento agroecológico de consumidores articulado com soberania e segurança alimentar e nutricional / Org. Natal João Magnanti. Lages: Mayer, 2017.

SÍCOLI, J. L., NASCIMENTO, P. R. Health promotion: concepts, principles and practice. *Rev. Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.7, n.12, p.91-112, 2003.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em:

<https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_disertacoes_4ed.pdf>

SILVA, E. C.; PELICIONI, M. C. F. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 18, núm. 2, pp. 563-572. Rio de Janeiro: Fev/2013.

SOUZA, R. M. Promoção da Saúde e Participação Social: Um breve relato sobre a experiência de formação dos comitês populares do bairro CAIC no município de Sobral, Ceará. *SANARE*, v.9, n. 1, p 41-43. Sobral: jan/jun, 2010.

SOUSA JUNIOR, J. G. Paineis: a Construção Social da Cidadania. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Anais da VII Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

TESSER, C. D.; GARCIA, A. V.; VENDRUSCOLO, C.; ARGENTA, C. E. Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, p. 4295-4306. São Paulo: 2011

TRICHES, R.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Revista Cuadernos de Desarrollo Rural*, nº 12. Bogotá, Colômbia: 2015.

VERDI, M.; CAPONI, S. Reflexões sobre a promoção da saúde numa perspectiva bioética. *Revista Texto Contexto Enfermagem*, v. 14, p. 82-88. Florianópolis: Jan-Mar, 2005.

URBINATI, N. & WARREN, M. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, N 11, p. 387-412. 2008.

WARREN, M. *Democracy and association*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 2001.

World Health Organization (WHO). *Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers - 1998*. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/108116/1/E60706.pdf>>. Acessado em: nov/2016.

_____. *Ottawa Charter for Health Promotion - 1986*. Disponível em: <<http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>>.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 18, 147-174, 2002.